

CADERNO ENCANTAR A POLÍTICA

ENCANTAR A POLÍTICA



CRÉDITOS

Caderno Encantar a Política
Brasil, 2022.

Conselho Nacional do Laicato do Brasil
www.cnlb.org.br

Centro Nacional de Fé e Política “Dom Helder Camara”
www.cefep.org.br

Núcleo de Estudos Sociopolíticos
www.nesp.pucminas.br

Comissão Brasileira Justiça e Paz
www.justicapaz.org

Movimento Nacional de Fé e Política
www.fepolitica.org.br

Semana Social Brasileira
<https://ssb.org.br/>

Iser Assessoria
iserassessoria.org.br

Coletivo Padres da Caminhada
padresdacaminhada@gmail.com

Comunidades Eclesiais de Base
<https://cebsdobrasil.com.br/>

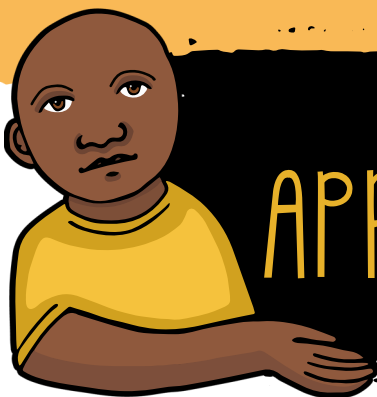
Pastoral da Juventude
<https://www.pj.org.br/>

Pastoral da Juventude do Meio Popular
<https://pjmp.org/>

Comissão Episcopal Pastoral para o Laicato

Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Sociotransformadora

Rede Brasileira de Fé e Política



APRESENTAÇÃO

O Papa Francisco convoca-nos a participar da renovação da Igreja, todos protagonistas. Da mesma forma, a sociedade civil, com as suas instituições democráticas, clama por qualificada dedicação cidadã, para que seja vivido novo tempo, alcançadas respostas novas, urgentes à construção de um mundo melhor. Por isso mesmo, nenhum cristão pode permanecer alheio à tarefa de contribuir para que a sociedade se torne mais justa, solidária e fraterna: é compromisso de fé dedicar atenção à política, buscando resgatar a sua nobre vocação – singular expressão da caridade.

A fé cristã, autenticamente vivida, pode oferecer contribuições para debelar os costumeiros “tons de guerra” que emolduram deliberações na esfera pública. Não é atitude cristã promover ataques que simplesmente buscam destruir aqueles de quem se discorda. Também não é postura condizente com os ensinamentos de Jesus procurar defender privilégios, interesses egoístas, impondo ainda mais sacrifícios para quem já tanto sofre. Urge especialmente uma cidadania que não se restringe ao obediente seguimento de ideologias, sem autocríticas ou reflexões. É preciso ir além, partindo do Mandamento do Amor, para efetivamente reconhecer que o outro, inclusive aquele com quem se diverge, é irmão.

Trata-se de caminho desafiador, mas essencial para que a política seja efetivamente um serviço – e não atalho para conquistas pessoais. O Papa Francisco, considerando a realidade latino-americana, as dificuldades enfrentadas no continente, orienta: “Fazer política inspirada no Evangelho a partir do povo em movimento pode se tornar uma maneira poderosa

de sanar nossas frágeis democracias e de abrir o espaço para reinventar novas instâncias representativas de origem popular.¹”

É importantíssimo, pois, qualificar sempre mais a cidadania com a luz que vem de Cristo, efetivando uma genuína cidadania eclesial - a serviço da fraternidade social, do enfrentamento das exclusões e injustiças. Esta publicação é fruto de uma oferta que marca o sentido do protagonismo dos cristãos leigos e leigas, pela propriedade de sua cidadania eclesial, qualificando e contribuindo com a sua cidadania civil. Trata-se de mais uma possibilidade formativa enquanto contribuição importante no âmbito da educação política cidadã, pela verdade na política, reunindo densas lições de nosso amado Papa Francisco, para inspirar estudos, reflexões e atitudes que tenham no horizonte este propósito: ajudar cada pessoa a se reconhecer importante, essencial, na edificação de um mundo com as feições do Reino de Deus, todos à procura dele em plenitude.

Belo Horizonte, 21 de abril de 2022.

Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Arcebispo de Belo Horizonte (MG) e Presidente da CNBB



¹ <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2019-03/papa-francisco-discurso-politica-evangelho-ideologias.html>

SUMÁRIO



SUMÁRIO
INTERATIVO

INTRODUÇÃO

1. A UNIVERSALIDADE DO AMOR CRISTÃO

Reflexão inicial	7
1. Alargar o conceito do amor ao próximo	10
2. Solidariedade como valor	10
3. Buscar o Bem Comum	11
4. O Bem Comum e a paz social	13
5. Exemplo prático	14
Conclusão	17

2. AMIZADE SOCIAL E ÉTICA DA POLÍTICA

Reflexão inicial	20
1. Realidade atual da política	20
2. Proposta para a ação	21
3. Diferentes espaços da Política	24
Conclusão	25

3. AS GRANDES CAUSAS DO EVANGELHO

Reflexão inicial	28
1. Evangelização e Política	28
2. Paz fundada na Justiça	29
3. Causas estruturais da pobreza	30
4. Para uma civilização do amor	32
Conclusão	33





4. CUIDAR DA CASA COMUM

36

Reflexão inicial	36
1. Ecologia Integral	37
2. Grito da Terra, grito dos pobres	39
3. Qual é lugar da política?	42
Conclusão	45

5. 2022 - ELEIÇÕES E DEMOCRACIA

46

Reflexão inicial	46
1. Recordar a crise política e institucional do Brasil	47
2. Princípios éticos para um governo de união nacional	50
3. O papel dos Movimentos Populares	52
4. Participar ativamente nas eleições	53
Conclusão e recomendação final	56
Referências	57



INTRODUÇÃO

Este caderno “Encantar a Política” é fruto do trabalho de uma rede de organizações, serviços, pastorais sociais e organismos da Igreja, Rede Brasileira de Fé e Política, e quer abrir os horizontes da Boa Política para mais gente da Igreja. É um projeto que retoma questões centrais das encíclicas do Papa Francisco – *Laudato Sí*, *Fratelli Tutti* e da Exortação Apostólica pós-sinodal, *Alegria do Evangelho* que tratam a Política como decorrência ética do mandamento do amor, assumindo-a no sentido mais profundo da palavra. É um projeto que busca aplicar os ensinamentos do Papa Francisco à nossa realidade atual. Ele tem o apoio da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Destina-se especialmente a pessoas atuantes nas comunidades e paróquias, como animadoras e animadores de celebrações, catequistas, ministras e ministros da Palavra, participantes de grupos e movimentos, e agentes de pastoral em geral. Procura manter um estilo direto e dialogal, não citando outros textos além da palavra do Papa.

Os textos das encíclicas foram reproduzidos em *itálico*, para não serem confundidos com os comentários e as aplicações práticas à nossa realidade. Ao final da citação encontra-se o número do parágrafo a que se refere, juntamente com a abreviação do nome da encíclica.

ALEGRIA DO EVANGELHO QUE TRATAM
A POLÍTICA COMO DECORRÊNCIA
ÉTICA DO MANDAMENTO DO AMOR,
ASSUMINDO-A NO SENTIDO MAIS
PROFUNDO DA PALAVRA.



Recomenda-se que esse Caderno seja estudado em grupo, de preferência, para que as reflexões aqui propostas provoquem bons questionamentos. Que elas toquem a nossa consciência e o coração, sem a pretensão de solucionar os problemas de nosso cotidiano. O grupo será mais proveitoso se contar com a assessoria de alguma pessoa com formação em temas de Política.

Os textos foram produzidos para dar confiança aos cristãos leigos e leigas que se animam a atuar na política como “forma sublime de caridade”, de amor social. Mas eles estão longe de esgotar a riqueza do tema e enfrentar todos os seus desafios. Se o leitor ou leitora quiser aprofundar-se no assunto, recomenda-se que entre em contato com uma Comissão Justiça e Paz ou com uma Escola de Fé e Política de seu Regional ou Diocese.

Faz parte do projeto **Encantar a Política – Eleições 2022** a criação de um hotsite no portal do CNLB (www.cnlb.org.br), com pequenos vídeos e cards para as redes sociais, podcasts, artigos e declarações; também este caderno encantar a política está lá para download gratuito e servirá também como um subsídio valioso para que grupos, dioceses e regionais elaborem seus próprios subsídios (Círculos Bíblicos, Roda de Conversas, Programas de Rádio, Cordéis, entre tantas iniciativas).

O texto está organizado em cinco capítulos:

No **PRIMEIRO** fala da universalidade do Amor cristão. Retoma o ideal das primeiras comunidades cristãs dos Atos dos Apóstolos; trabalha o conceito do amor ao próximo na Fratelli Tutti, a solidariedade como valor, e buscar o bem comum como ampliação e organização política da solidariedade.

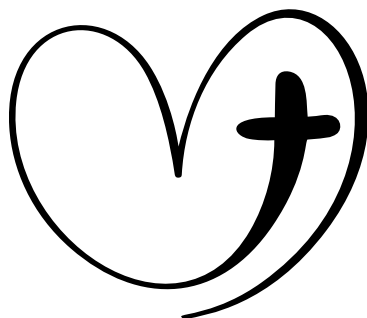
No **SEGUNDO CAPÍTULO**, o tema é a amizade social e a ética política. Neste capítulo refletimos sobre a Política como “amizade social” e como “ciência e arte do bem-comum”; são abordados aspectos da Política que raramente são expostos na vida cotidiana – e menos ainda – nos meios de comunicação e redes virtuais; apresentamos a realidade atual da política no Brasil e proposta para a ação e os diferentes espaços da política.

No **TERCEIRO CAPÍTULO** são abordadas as grandes causas do Evangelho; o que a Igreja quer, quando nos convida à ação transformadora no campo da Política; o que política tem a ver com a Evangelização, qual é sua missão específica; Evangelização e Política; a Paz fundada na Justiça; as causas estruturais da pobreza e, finalizando, retomamos a expressão “Civilização do Amor”, cunhada por São Paulo VI e muito querida de São João Paulo II e Papa Francisco para expressar o projeto político que a Igreja quer para a Humanidade.

O **QUARTO CAPÍTULO** aponta como a parábola do Bom Samaritano ajuda a expor a necessidade da amizade social em nossos dias. O Papa Francisco abre o horizonte da espiritualidade cristã para a Política como “ciência e arte do bem comum” e nos convida a dar mais um passo: alargar o âmbito da política para nele incluir a “nossa irmã Terra”; para isso ele se inspira na figura do irmão universal, que é São Francisco de Assis. Ecologia Integral; Grito da terra, Grito dos pobres e qual o lugar da política são temas também tratados neste capítulo.

O **QUINTO E ÚLTIMO CAPÍTULO** fala das eleições e democracia. Tendo refletido sobre diferentes campos da política como amor social, seguindo o ensinamento do Papa Francisco em suas encíclicas, cabe agora levantar a questão eleitoral. Embora a política seja muito mais do que eleições, este é um tema que não pode ser ignorado. Com mais razão ainda porque o Brasil está numa crise político-econômica que abalou seriamente a confiança do povo nas instituições e o processo eleitoral é o momento mais favorável para um grande debate nacional a fim de encontrar a melhor saída para a crise. O capítulo quinto ainda recorda a crise política e institucional do Brasil; aponta os princípios éticos para um governo de união nacional; destaca o papel dos movimentos populares e sociais e convida a participar ativamente nas eleições.

Pela Boa política, na esperança de um Brasil para todos e todas com justiça e paz, bom estudo.



I. A UNIVERSALIDADE DO AMOR CRISTÃO

Amarás o teu próximo como a ti mesmo.

Mt 22,39

REFLEXÃO INICIAL

Desde as primeiras comunidades cristãs até nossos dias os seguidores e seguidoras de Jesus se esforçam em cumprir o mandamento do Amor ao próximo. Nem sempre e nem todos fazem isso, mas ninguém tem dúvidas de que a Caridade é o sinal mais evidente de uma autêntica comunidade cristã. Nosso grande desafio é estender o alcance do amor a toda a Humanidade. Como ensina Jesus na parábola do Samaritano (Lc 10,25-37), devemos fazer de cada ser humano, de modo especial quem está caído à beira

do caminho, nosso próximo. Coloca-se então a questão: como fazer chegar nosso amor a pessoas que nem ao menos conhecemos?

Esta é uma das questões centrais da Encíclica *Fratelli Tutti*, que tomaremos como fio condutor deste tópico do Caderno de Estudos.

I. ALARGAR O CONCEITO DO AMOR AO PRÓXIMO

Francisco escreve na Encíclica:

É caridade acompanhar uma pessoa que sofre, mas é caridade também tudo o que se realiza – mesmo sem ter contato direto com essa pessoa – para modificar as condições sociais que provocam o seu sofrimento. Alguém ajuda um idoso a atravessar um rio, e isto é caridade primorosa; mas o político constrói-lhe uma ponte, e isto também é caridade. É caridade se alguém ajuda outra pessoa fornecendo-lhe comida, mas o político cria-lhe um emprego, exercendo uma forma sublime de caridade que enobrece a sua ação política. (FT, n. 182).

Ajudar uma pessoa a atravessar um rio é obra de caridade; mas construir uma ponte para que toda pessoa possa atravessar o rio com segurança é melhor ainda. São duas formas bem diferentes do mesmo amor ao próximo, que podem se complementar. Na primeira, o amor tem um destinatário individualizado; na segunda, o amor beneficia todas as pessoas – conhecidas ou não – que precisam atravessar o rio. A partir desse exemplo bem concreto, Francisco vai mais longe dando o exemplo do emprego, que é a melhor maneira de garantir comida a quem tem fome.

A grande questão é o trabalho. Ser verdadeiramente popular – porque promove o bem do povo – é garantir a todos a possibilidade de fazer germinar as sementes que Deus colocou em cada um, as suas capacidades, a sua iniciativa, as suas forças. Esta é a melhor ajuda para um pobre, o melhor caminho para uma existência digna. Por isso, insisto que “ajudar os pobres com o dinheiro deve sempre ser um remédio provisório para enfrentar emergências. O verdadeiro objetivo deveria ser sempre consentir-lhes uma vida digna através do trabalho.” (FT, n. 162).

Nosso Papa retoma aqui a conhecida fórmula de que “para matar a fome do outro, é melhor dar um anzol e ensinar a pescar do que dar o peixe”, mas vai além dela. Se o local de pesca estiver cercado, ou se matarem o rio ou o pesqueiro com agrotóxicos, rejeitos venenosos, não adianta saber pescar, nem mesmo tendo o equipamento necessário. É preciso, em primeiro lugar, ter livre acesso ao pesqueiro e preservar a vida das águas. Aí entra a política como “forma sublime de caridade”. Para explicar essa passagem do amor individual ao amor social, o Papa retoma um conceito pouco utilizado, mas não é difícil entender o seu sentido. Vejamos:

Existe o chamado amor “elícito”: expressa os atos que brotam diretamente da virtude da caridade, dirigidos a pessoas e povos. Mas há também um amor “imperado”: traduz os atos de caridade que nos impelem a criar instituições mais sadias, regulamentos mais justos, estruturas mais solidárias. Por isso, é “um ato de caridade, igualmente indispensável, o empenho com o objetivo de organizar e estruturar a sociedade de modo que o próximo não se venha a encontrar na miséria.” (FT, n. 186).

Francisco indica a passagem de ações caritativas individuais à criação de instituições pautadas pela justiça e de estruturas solidárias. Uma instituição, uma vez estabelecida, pauta o comportamento de todas as pessoas a ela ligadas, porque cada uma deve cumprir o papel que a instituição determina. Na instituição escolar, por exemplo, existem obrigações para quem exerce o papel de professor, estudante e diretor. Que consequências teria para o conjunto das interações o não cumprimento das funções esperadas? Qual é o resultado que alcança uma instituição quando as pessoas não realizam o que lhes cabe com zelo e dedicação? É por isso que toda sociedade tem instituições que regulam os diversos campos de sua vida: econômico, político, familiar, cultural, religioso etc. A política é uma dessas instituições que estruturam a sociedade e que pode ser – dependendo da forma como é estabelecida – mais justa, democrática e humana ou, ao contrário, desigual, autoritária e desumana.

O Papa nos chama a participar da política com “o objetivo de organizar e estruturar a sociedade”, para que as instituições do Estado – que é o campo próprio da Política – funcionem de modo tal “que o próximo não se venha a encontrar na miséria”. Neste ponto ele une claramente Caridade e Política: para que nosso próximo não caia na miséria, é preciso que o Estado o proteja da ganância do sistema capitalista. Criar, defender e implementar políticas públicas que promovam a distribuição de bens e não deixem pessoas desvalidas na miséria são formas sublimes de Caridade, já diziam os Santos Paulo VI e João Paulo II.

2. SOLIDARIEDADE COMO VALOR

A firme posição do Ensino Social da Igreja em defesa de pessoas em situação vulnerável desagrada empresários ambiciosos, que se aproveitam da fragilidade daqueles que buscam por um posto de trabalho para impor contratos injustos. É o caso de trabalhadores precarizados ou informais, que recebem muito menos do que as trabalhadoras e os trabalhadores protegidos por um contrato registrado em carteira de trabalho. A solidariedade é um valor que atua como princípio permanente iluminando as ações que compõem a convivência, e não se resume apenas a um gesto isolado. Consciente dessa dificuldade, o Papa diz – de modo muito espontâneo:

Solidariedade é uma palavra que nem sempre agrada; diria que algumas vezes a transformamos num palavão, que não se pode dizer; mas é uma palavra que expressa muito mais do que alguns gestos de generosidade esporádicos. É pensar e agir em termos de comunidade, de prioridade da vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns. (FT, n. 116).

Por essa razão a Igreja ensina a obrigação de cumprirmos a Justiça em todas as relações sociais, inclusive as relações entre quem emprega e quem trabalha, ainda que isso desagrade aos poderosos! A solidariedade vai muito além de alguns gestos de generosidade. Ser solidário com o próximo é tecer laços de comunidade, é dar prioridade à vida de todos,

ainda que isso dificulte ou impeça a prosperidade de alguns. Essa é a mensagem do Evangelho traduzida em linguagem do século XXI: a acumulação absurda de riqueza na mão de um pequeno número de pessoas, enquanto a grande maioria passa fome, é um escândalo que clama aos céus! Por isso, o Papa nos convoca a lutar contra os males da desigualdade, desemprego e outras violações dos Direitos Humanos, ao falar de seus conhecidos três “Ts”: nenhum camponês sem Terra, nenhuma família sem Teto e nenhum Trabalhador sem direitos.

A solidariedade é uma força motora da história. Se for levada até suas últimas consequências, ela vai tornar a Terra – nossa *Casa comum* – um espaço de vida abundante, capaz de acolher todos os homens e mulheres, e todas as espécies vivas numa grande e complexa comunidade. Mas isso não se faz por milagre, e sim pela ação persistente e conjunta dos muitos movimentos sociais, especialmente os movimentos populares. Por isso é tão importante a participação dos cristãos e cristãs na Política, por meio de Partidos, Sindicatos e Movimentos Sociais. Política não se faz apenas no momento eleitoral, mas também no dia a dia da comunidade local, na participação em manifestações públicas e em todos os espaços da vida coletiva. Voltaremos a esse tema noutro tópico.

3. BUSCAR O BEM COMUM

Tendo chegado a este ponto da reflexão sobre o que nos diz Francisco, cabe ir um pouco mais longe no Ensino Social da Igreja para retomar o tema da Política como “ciência e arte do Bem Comum”. É uma definição clássica, que tem o mérito de distinguir os dois tipos de bens indispensáveis à vida humana: os bens individuais ou de família e os bens comuns.

Bens individuais ou familiares são aqueles que pertencem a uma pessoa ou família. Casa, roupas, alimentos, automóvel e tantos outros bens de uso pessoal ou doméstico são os mais típicos. Eles podem ser usados à vontade por seus donos, desde que esse uso não cause prejuízo a outras pessoas. Podem também ser transferidos ou vendidos a outras pessoas, segundo a vontade de seu proprietário ou proprietária.

Bens comuns são aqueles que pertencem ou são colocados a serviço de uma dada coletividade, para uso comum. A rua, o transporte público, as redes de água, eletricidade e esgoto, o sistema de saúde pública e o serviço de polícia são alguns exemplos de bens comuns. Hoje em dia fala-se cada vez mais dos *comuns* para designar os bens que nos são oferecidos gratuitamente pela natureza ou pelos antepassados, como a água, o ar puro, a biodiversidade, o conhecimento, as técnicas, as ondas de rádio e outros bens necessários à vida coletiva. Embora ameaçados de privatização, esses bens são por natureza comuns: não devem ser propriedade nem de pessoas físicas nem de empresas.

Papa Francisco nos apresenta a forma de articular a relação entre esses tipos de bens em favor do “bem comum”:

[...] Fixemos o modelo do bom samaritano. É um texto que nos convida a fazer ressurgir a nossa vocação de cidadãos do próprio país e do mundo inteiro, construtores de um novo vínculo social. Embora esteja inscrito como lei fundamental do nosso ser, é um apelo sempre novo: que a sociedade se oriente para a prossecução do bem comum e, a partir deste objetivo, reconstrua incessantemente a sua ordem política e social, o tecido das suas relações, o seu projeto humano. Com os seus gestos, o bom samaritano fez ver que “a existência de cada um de nós está ligada à dos outros: a vida não é tempo que passa, mas tempo de encontro.” (FT, n. 66).

Essa distinção delimita o espaço da Política como *Ciência e Arte do Bem Comum*. De fato, não é dos bens pessoais e privados que trata a Política, mas sim dos bens comuns, ou, dito de modo amplo, do Bem Comum. Francisco ensina que

O bem comum pressupõe o respeito pela pessoa humana enquanto tal, com direitos fundamentais e inalienáveis orientados para o seu desenvolvimento integral. Exige também os dispositivos de bem-estar e segurança social e o desenvolvimento dos vários grupos intermédios, [...] de forma especial a família enquanto célula basilar da sociedade. Por fim, o bem comum requer a paz social, isto é, a estabilidade e a segurança de uma certa ordem, que não se realiza sem uma atenção particular à justiça distributiva, cuja

violação gera sempre violência. Toda a sociedade – e, nela, especialmente o Estado – tem obrigação de defender e promover o bem comum. (LS, n. 157).

A política deve ser tratada como *Ciência* porque o seu conhecimento exige esforço intelectual, uma vez que a realidade é muito complexa. Ela requer a contribuição de ciências específicas, como a Ciência Política, a Sociologia, a História, a Filosofia, a Ética e outros ramos do saber, mas vai além deles para captar a realidade mais profunda da vida coletiva, isto é, suas estruturas e seus processos. Para entender de Política numa sociedade como a brasileira, não basta uma roda de conversa nem acompanhar os noticiários, porque é preciso ir além das opiniões pessoais. É preciso entender a teoria do Estado, a relação entre Estado e as classes sociais, as instituições da Sociedade Civil, a relação entre Economia e Política, a divisão dos Poderes, e muito mais. É preciso ter um conhecimento bem fundamentado, ainda que simplificado, para ter atuação política realista, e não se limitar a debates de opinião que geralmente levam mais a desencontros do que ao conhecimento da realidade política.

É claro que não devemos deixar de participar da Política porque não dominamos esse campo de conhecimentos, mas é preciso reconhecer nossos limites quando queremos atuar na política. Por isso devemos estar sempre dispostos a nos aprimorar por meio de uma sólida e permanente formação política². Outra forma de suprir essa carência de conhecimento é sempre buscar a participação em conjunto com outras pessoas, pois é mais frequente errar sozinho do que num grupo que pensa e age em conjunto. E o melhor, é claro, é sempre unir as duas: formação permanente e atuação em grupo.

A política deve ser tratada como *Arte* porque ela é a prática do fazer bem feito, colocando em prática aquilo que é anseio coletivo. Isso implica obrigatoriamente em tomar decisões, fazer opções, definir prioridades.



² Recomendamos os seguintes sites para formação política:

Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Câmara: <http://www.cefep.org.br/>

Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular: <https://ceseep.org.br/>

Comissão Brasileira Justiça e Paz: <https://www.justicapaz.org>

Conselho Nacional do Laicato do Brasil: <https://www.cnlb.org.br/>

Núcleo de Estudos Sociopolíticos: <https://nesp.pucminas.br>

Movimento Nacional Fé e Política: <https://fepolitica.org.br/>

Diante das muitas necessidades e anseios da coletividade, quais devem ser definidos como prioritários? Esta é a grande questão política. Não é possível satisfazer a todos. Pelo menos, não é possível satisfazer a todos igualmente. Quem faz política, tem que optar, tem que assumir alguma/s prioridade/s. E o critério será sempre o maior bem comum.

Na teoria isso é claro, mas nas situações práticas nem sempre é fácil distinguir o que é o bem do meu bairro, da minha cidade, da minha Igreja, do meu grupo ou Partido, e o que é o bem de todos, o verdadeiro Bem Comum. Por isso é tão importante a democracia: ao dar vez e voz ao maior número possível de pessoas que compõem uma coletividade, ela tem mais possibilidade de definir o Bem Comum do que vozes isoladas, por mais iluminadas que sejam. A Democracia não é um sistema perfeito, é claro, mas de todos aqueles até hoje experimentados é o que se revelou melhor na busca do Bem Comum.

4. O BEM COMUM E A PAZ SOCIAL

Assim nos interpela o Papa Francisco na Exortação *Evangelii Gaudium*:

A paz social não pode ser entendida como irenismo (atitude conciliadora) ou como mera ausência de violência obtida pela imposição de uma parte sobre as outras. Também seria uma paz falsa aquela que servisse como desculpa para justificar uma organização social que silencie ou tranquilize os mais pobres, de modo que aqueles que gozam dos maiores benefícios possam manter o seu estilo de vida sem sobressaltos, enquanto os outros sobrevivem como podem. As reivindicações sociais, que têm a ver com a distribuição das receitas, a inclusão social dos pobres e os direitos humanos não podem ser sufocados com o pretexto de construir um consenso de escritório ou uma paz efêmera para uma minoria feliz. A dignidade da pessoa humana e o bem comum estão por cima da tranquilidade de alguns que não querem renunciar aos seus privilégios. Quando estes valores são afetados, é necessária uma voz profética. (EG, n. 218).

5. EXEMPLO PRÁTICO

Um dos principais dilemas da política fica longe dos olhos do grande público: é a *política fiscal*, que define o processo de arrecadação dos impostos e sua aplicação. É evidente que o Estado precisa de recursos econômicos para manter os serviços públicos necessários à coletividade. Os investimentos para a construção e manutenção de ruas e estradas, para o Sistema Único de Saúde, para o sistema escolar, para garantir a segurança pública, para preservação ambiental, para boas relações com outros países, e tantos outros serviços públicos têm custo – e custo elevado. São serviços ao Bem Comum, e por isso competem aos organismos do Estado, mas o Estado enquanto tal não é produtor de recursos econômicos. Seus recursos vêm de impostos e taxas cobrados do conjunto da população que trabalha e produz. Para que todos tenham os serviços públicos de que necessitam, todos devem contribuir. Mas – aqui está o ponto chave! – cada qual deve contribuir conforme sua capacidade. Como definir o pagamento de impostos?

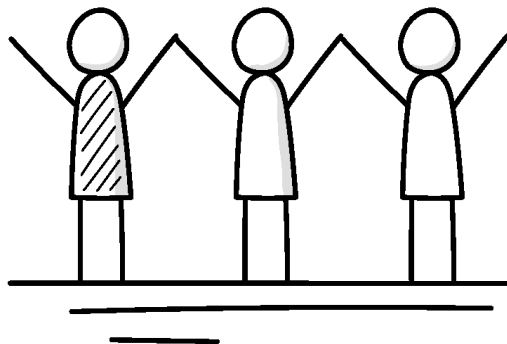
O princípio da Justiça obriga quem mais tem riquezas a contribuir mais do que quem tem menos condições, todos tendo o direito de receber os serviços necessários para uma vida digna e segura. O problema político é fazer as leis – fiscais e orçamentárias – que definem a contribuição de cada classe ou setor da sociedade em forma de impostos e taxas e a cada ano definir a destinação dos recursos arrecadados. Aí reside o grande debate político: quem define os serviços públicos a serem oferecidos à população, e quem arca com seus custos? São muitas as necessidades da população e são muito diferentes, de modo que o Estado não consegue satisfazer todas. É preciso estabelecer uma ordem de prioridades para atender aos serviços públicos mais importantes sem onerar demais a população com impostos. Esse é o problema que as Casas Legislativas devem resolver ao votar o orçamento de âmbito municipal, estadual e federal. Essa é a tarefa que o povo delega aos vereadores, deputados e senadores: examinar a proposta do Executivo e só aprovar despesas realmente necessárias ao bem comum. Por isso é tão importante votar para vereador/a, deputado/a e senador/a: é delegar-

-lhes o poder de decidir quanto deveremos pagar de impostos e onde será aplicado todo o montante arrecadado.

O problema é que o sistema tributário do Brasil não segue os preceitos da Justiça social: os impostos recaem mais sobre rendimentos do trabalho (sob a forma de descontos e, principalmente, impostos sobre bens de consumo básico) do que sobre os rendimentos do capital (o lucro das empresas). O resultado é que os impostos recaem principalmente sobre as classes médias e as classes trabalhadoras, que raramente percebem os impostos embutidos nas mercadorias que compram, enquanto a minoria muito rica paga proporcionalmente muito pouco. Países mais avançados na democracia fazem o contrário: neles os setores ricos contribuem mais do que os setores pobres, e os serviços públicos são de boa qualidade para todos. Assim, o sistema tributário pode contribuir eficazmente para diminuir a desigualdade social e econômica e favorecer o bem-estar de toda a população. Mas é preciso avançar no sentido de maior democracia tributária no Brasil, ainda muito desigual.

CONCLUSÃO

Ao atender ao apelo do Papa e refletir sobre a Política como “amizade social” e como “ciência e arte do bem comum”, fomos descortinando aspectos da Política que raramente são expostos na vida cotidiana – e menos ainda – nos meios de comunicação e redes virtuais. Mas será que a política, tal como realmente praticada em nosso País, é mesmo o que deve ser? Este ponto será objeto de estudo do próximo tópico.



II. AMIZADE SOCIAL E ÉTICA DA POLÍTICA

*Sede prudentes como as serpentes
e simples como as pombas.*

Mt 10,16

REFLEXÃO INICIAL

Ao refletirmos sobre a Política como “amizade social” e como “ciência e arte do bem comum”, vamos descortinando aspectos da Política que raramente são expostos na vida cotidiana – e menos ainda nos meios de comunicação e redes virtuais. Mas será que a política, tal como realmente praticada em nosso País, é mesmo o que deve ser? Por que na prática a política aparece mais como coisa suja e vergonhosa?

Essa pergunta precisa ser respondida, porque a experiência vale mais do que mil argumentos. Por mais que os papas ensinem que a polí-

tica é uma atividade digna, muita gente vai dizer que “isso vale nos países desenvolvidos, de gente honesta, mas aqui é diferente: nenhum político merece confiança, todos prometem, mas depois de eleitos todos esquecem suas promessas”. Esta é a imagem que muita gente tem. Mas será que essa imagem vem mesmo da experiência, ou é apenas “o que todo mundo diz”?

I. REALIDADE ATUAL DA POLÍTICA

Os meandros da política formam um campo em que pouca gente entra e por isso são mal conhecidos das pessoas comuns. As pessoas comuns só tomam conhecimento do que acontece ali pelas notícias do rádio, TV, jornal e, ultimamente, pelas redes sociais. E, como normalmente acontece, más notícias (escândalos, corrupção e negociatas) ocupam muito mais espaço do que as boas notícias (construção de posto de saúde, escola, ou uma nova estrada). E o fato é que os equipamentos de saúde, ensino público, transportes e o controle da inflação só existem e funcionam quando há pessoas que se ocupam de políticas públicas para servir ao povo.

Então há uma perspectiva enviesada nessa percepção da política: quem faz funcionar os organismos públicos em favor do povo são as pessoas que ocupam cargo de governo, sejam elas eleitas ou nomeadas por quem foi eleito. É óbvio que algumas dessas pessoas cometem atos desonestos, falcaturas ou se deixam corromper por quem quer tirar benefícios para si sem se importar com os direitos de todos, mas muitas outras trabalham pelo bem comum, só recebendo a remuneração estabelecida por lei. De fato, na política como em qualquer área de atividade humana, há gente honesta e gente desonesta, pessoas com e pessoas sem caráter moral.

É evidente que onde rola muito dinheiro (e este é o caso do mundo político) as tentações são maiores, mas também ali há muitas pessoas que não se deixam levar por interesses financeiros. E essas pessoas incomodam – e muito! – principalmente quem faz da política um campo para ganhos ilícitos e de práticas criminosas que só beneficiam seu gru-

po e não o interesse geral. Para essas pessoas que fazem da política uma atividade criminosa, bom seria que não houvesse gente séria, honesta, correta e bem-intencionada no campo da política. Convém a quem quer cometer crimes sem ser incomodado afastar da política quem age corretamente dentro do direito. A melhor maneira para isso é passar a ideia de que na política só existe sujeira...

Francisco conhece bem esse problema. Eis o que ele diz na *Fratelli Tutti*:

Atualmente muitos possuem uma má noção da política, e não se pode ignorar que frequentemente, por trás deste fato, estão os erros, a corrupção e a ineficiência de alguns políticos. A isto vêm juntar-se as estratégias que visam enfraquecê-la, substituí-la pela economia ou dominá-la por alguma ideologia. E, contudo, poderá o mundo funcionar sem política? Poderá encontrar um caminho eficaz para a fraternidade universal e a paz social sem uma boa política? (FT, n. 176).

É só pensar um pouco. Pessoas inescrupulosas, que buscam o poder político para tirar vantagem para si mesmas, têm todo interesse em evitar que gente correta participe da política com a finalidade de servir o bem comum. Se necessário, elas inventam calúnias e mentiras para prejudicar a boa imagem de quem poderia impedir sua ascensão ao poder. Para elas, é conveniente jogar todos os políticos na mesma vala comum da corrupção, passando a ideia de que “todo político é igual”. Ao falarem de política, disseminam desconfianças e até o ódio, para que as pessoas não reflitam sobre o assunto usando a razão e o coração. Por isso é preciso desconfiar das acusações, buscar outras fontes e outras ideias para confrontar umas com outras e assim evitar cair na armadilha de falsos profetas e enganosos informantes. Pensar com calma, de preferência conversando com gente bem informada, antes de concordar com uma acusação. Sempre com amor no coração, nunca com ódio.

Nos últimos anos, essa estratégia de desqualificação dos políticos tornou-se uma verdadeira arma de guerra. Os especialistas a chamam de “guerra de 4ª geração” ou “guerra híbrida”, porque nela a arma principal é a informação destinada a destruir moralmente o adversário. Há muito

tempo a mentira e a informação deturpada são usadas para destruir moralmente adversários políticos, mas atualmente a informática aumentou muito o seu poder destrutivo. A informação é manipulada com o rigor do método científico e de cálculos matemáticos, e depois de testada em laboratório é empregada para combater o adversário considerado “hostil”. Os meios disponibilizados neste século pela internet elevaram sua capacidade de destruição a um patamar antes inimaginável.

Na Encíclica *Fratelli Tutti*, Papa Francisco afirma:

[...] Não se pode ignorar que há interesses econômicos gigantesco que operam no mundo digital, capazes de realizar formas de controle que são tão sutis quanto invasivas, criando mecanismos de manipulação das consciências e do processo democrático. O funcionamento de muitas plataformas acaba frequentemente por favorecer o encontro entre pessoas com as mesmas ideias, dificultando o confronto entre as diferenças. Estes circuitos fechados facilitam a divulgação de informações e notícias falsas, fomentando preconceitos e ódios. (FT, n. 45).

A explicação do seu sucesso está no fato de que as pessoas tendem a dar crédito às informações que lhes agradam. Trata-se, então, de produzir informações parcialmente verdadeiras – *pós-verdades* – ou falsificadas – *fake news* – que sejam aceitáveis para quem vai receber. Elas são veiculadas pela combinação da grande mídia (TVs, rádios e jornais), mídias digitais (*whatsapp, facebook, twitter, tik-tok* e outras) e de instituições de forte credibilidade, como Igrejas cristãs, ONGs ou institutos de pesquisa. O fato de a informação vir de várias fontes lhe dá uma “aura de verdade”. Para completar o processo, desqualifica-se outras fontes, acusando-as de terem sido corrompidas. Resultado: ao receber uma notícia que a pessoa deseja ser verdadeira, ela logo a transmite a outras pessoas de sua rede de relacionamentos. Assim a informação vai-se reproduzindo até destruir moralmente o inimigo. É como o vírus de computador ou de pandemia: quem é infectado por ele infecta outras pessoas.

Diante dessa forma de guerra ideológica não basta a indignação ética contra a *pós-verdade* e *fake news*: quem não aprender a comba-

tê-las será facilmente derrotado pelas armas ideológicas a serviço de quem quer exercer o poder sem submeter-se às regras da democracia. Este é o objetivo das forças antidemocráticas que promovem a guerra de desinformação contra a cidadania: o completo afastamento do povo do debate e da participação nas políticas públicas, por pensar que isso são práticas imorais e vergonhosas.

2. PROPOSTA PARA A AÇÃO

Diante dessa ameaça cada dia mais real, é surpreendente o que nos ensina Francisco na Exortação *Evangelii Gaudium*, onde estão apresentadas as grandes linhas que o Papa quer para a Igreja:

Peço a Deus que cresça o número de políticos capazes de entrar num autêntico diálogo que vise efetivamente sanar as raízes profundas e não a aparência dos males do nosso mundo. A política [...] é uma sublime vocação, é uma das formas mais preciosas da caridade, porque busca o bem comum. Rezo ao Senhor para que nos conceda mais políticos, que tenham verdadeiramente a peito a sociedade, o povo, a vida dos pobres. (EG, n. 205).

O Papa bem sabe das dificuldades que envolvem a atividade política. Por isso mesmo a sua Encíclica *Fratelli Tutti* tem como tema principal a política como expressão da Amizade social. Ensina ele:

Reconhecer todo o ser humano como um irmão ou uma irmã e procurar uma amizade social que integre a todos não são meras utopias. Exigem a decisão e a capacidade de encontrar os percursos eficazes, que assegurem a sua real possibilidade. Todo e qualquer esforço nesta linha torna-se um exercício alto da caridade. [...] Trata-se de avançar para uma ordem social e política, cuja alma seja a caridade social. Convido uma vez mais a revalorizar a política, que “é uma sublime vocação, é uma das formas mais preciosas de caridade, porque busca o bem comum.” (FT, n. 180).

Os laços de amizade que devem unir todos os seres humanos numa grande comunidade na qual ninguém tenha seus direitos desrespeitados, inclusive o direito à diferença, são a expressão coletiva do mandamento do Amor. Esta é a mesma mensagem do Evangelho em linguagem de hoje. E o Papa está consciente da dificuldade em torná-la efetiva em toda a Terra. Ele retoma o conceito de solidariedade como forma política da caridade e explica o que isso significa ao longo da Encíclica *Fratelli Tutti*.

Francisco aponta para o vasto horizonte que hoje se abre para a ação da Igreja no mundo: os *movimentos populares* como novos instrumentos de ação política em favor da luta pelos “três Ts”: Terra, Teto e Trabalho como direitos de todo ser humano.

3. DIFERENTES ESPAÇOS DA POLÍTICA

Essa referência aos movimentos populares é muito importante, porque em geral somos levados a pensar a Política unicamente no espaço do Estado, como relação entre grupos – geralmente organizados em forma de Partidos ou Frentes Políticas – que disputam o poder de definir as linhas de ação do Estado. Esta é a imagem mais generalizada de Política: os Partidos disputam o direito de exercer os dois Poderes de Estado que são objeto de eleições: o Executivo (a Prefeitura Municipal, o Governo dos Estados e a Presidência da República) e o Legislativo (Câmaras Municipais, Câmara Legislativa, Assembleias Estaduais, Câmara de Deputados e Senado Federal). O Poder Judiciário, e também o Ministério Público, são ocupados por pessoas que foram aprovadas em concurso público. Todavia, neles, as indicações políticas são exclusivas para os cargos superiores de direção, feitas pelo chefe do Executivo a partir de listas tríplices.

De fato, o Estado, em suas três instâncias – municipal, estadual e federal – é o espaço por excelência da Política, porque ali são debatidas, definidas e executadas as políticas públicas. Existem diferentes objetos de políticas públicas. As mais conhecidas são as Políticas Sociais – Educação, Saúde, Segurança, Habitação, Transportes etc. – mas há outras que também interferem diretamente na vida cotidiana da população,

como as Políticas Econômicas: Monetária (define a quantidade de moeda necessária para a economia funcionar sem inflação), Cambial (define a relação entre a moeda nacional e outras moedas de referência), Fiscal (define quanto o Estado arrecada e quanto pode gastar).

Por isso se diz que o Estado é campo próprio da Política. Mas não é o único. Também a Economia, a Sociedade, a Cultura e a Religião são campos de ação política. O próprio território em que se vive é um espaço político, como mostram as Associações de Moradores, tão valiosas para assegurar o bem comum da vizinhança e a ajuda mútua. Nesses campos atuam os Movimentos Sociais que congregam pessoas em defesa de seus direitos específicos articulando-os com os direitos de toda a coletividade, como os movimentos sindicais, de camponeses e lavradores sem-terra, de povos indígenas, de mulheres, de negros, ecológicos, e tantos outros. Embora geralmente os poderosos no campo econômico e político os tratem de forma negativa – como se fossem movimentos contra o progresso e o desenvolvimento, defendendo valores do passado – Francisco os vê com grande esperança:

Os Movimentos Populares que reúnem desempregados, trabalhadores precários e informais e tantos outros que não entram facilmente nos canais já estabelecidos são “semeadores de mudanças, promotores de um processo para o qual convergem milhões de pequenas e grandes ações interligadas de modo criativo, como numa poesia”. Neste sentido, são “poetas sociais” que à sua maneira trabalham, propõem, promovem e libertam. Com eles, será possível um desenvolvimento humano integral, que implica superar “a ideia das políticas sociais concebidas como uma política para os pobres, mas nunca com os pobres, nunca dos pobres, e muito menos inserida num projeto que reúna os povos”. Embora incomodem e mesmo se alguns “pensadores” não sabem como classificá-los, é preciso ter a coragem de reconhecer que, sem eles, “a democracia atrofia-se, torna-se um nominalismo, uma formalidade, perde representatividade, vai-se desencarnando porque deixa fora o povo na sua luta diária pela dignidade, na construção de seu destino.” (FT, n. 169).

Espaço privilegiado para a atuação dos movimentos sociais são os *Conselhos de cidadania* criados pela Constituição de 1988, para estabe-

lecer o diálogo entre representantes da Sociedade Civil e representantes do Poder Público na definição de políticas públicas específicas. Conselhos como de Saúde, da Assistência Social, da Criança e de Adolescentes, de Segurança Alimentar e Nutricional e outros são um espaço de grande importância para a participação popular na definição de políticas públicas. Apesar das interferências do Poder Executivo no sentido de limitar seu poder de decisão, chegando até a extinção de muitos conselhos em âmbito federal já em janeiro de 2019, é preciso insistir no seu valor para a Democracia. Os Conselhos são a melhor garantia aos Direitos de Cidadania e ao Bem-Estar da população em geral, especialmente em seus setores mais vulneráveis.

CONCLUSÃO

É muito vasto o campo da Política. Embora seu espaço mais visível seja o Estado, no qual o principal conduto de atuação são os Partidos, ele não é o único. Também o campo da Sociedade e da Cultura são espaços importantes para orientar os rumos do pensamento, dos valores e dos direitos de cidadania. Este é o campo privilegiado de atuação dos Movimentos Sociais e Populares. Existem, portanto, diferentes campos de atuação política, cada qual com sua importância para o estabelecimento da Fraternidade social. Cada pessoa deve inserir-se naquele campo que melhor se conforma às suas aptidões. Há quem tenha vocação para a Política partidária, outras pessoas sentem-se melhor nos Movimentos sociais ou nos Conselhos de cidadania. O que não vale, especialmente para os seguidores e seguidoras de Jesus, é a omissão. A política é um campo extenso, e como cristãos não podemos nos omitir porque ela faz parte da amizade social, de nossa luta pela vida e pelo bem comum.

Vimos aqui que é extenso o campo da política. Mas, que diretriz política deve orientar o cristão ou cristã? Como se concretiza, em nossos dias, o ideal da Política como Amizade Social? Reflita sobre esse problema, de preferência em grupo, porque ele é o tema do tópico seguinte.



III. AS GRANDES CAUSAS DO EVANGELHO

Justiça e Paz se abraçam.
SI 85/84

REFLEXÃO INICIAL

Refletimos sobre os diferentes espaços da política, no Estado e na Sociedade. Chegou o momento de responder a grande questão: o que a Igreja quer quando nos convida à ação transformadora no campo da Política? O que a política tem a ver com a Evangelização, que é sua missão específica?

I. EVANGELIZAÇÃO E POLÍTICA

Essa pergunta é tão importante que Francisco dedica-lhe um capítulo inteiro da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*. Não custa lembrar que esta foi a primeira Exortação Apostólica de Francisco, o documento em que ele mostra as grandes linhas de seu ministério enquanto bispo de Roma (cf. EG, n. 25). É ali que ele fala de Igreja em saída para as periferias sociais e existenciais, que é sua maneira de atualizar o Concílio Vaticano II. Pois bem. Depois de ter abordado a importância da Evangelização no mundo atual (abertura), Francisco aborda a necessária transformação missionária da Igreja para cumprir adequadamente essa missão evangelizadora (cap. 1). Em seguida (cap. 2) traça um quadro da atualidade mundial como desafio ao anúncio da Boa Notícia de Jesus³. Só então trata propriamente do anúncio do Evangelho (cap. 3). Em seguida (cap. 4) entra no tema que estamos abordando: a dimensão social da Evangelização. Quem se dispõe a ser discípulo e missionário no mundo de hoje não pode deixar de ler e meditar pelo menos aquele capítulo.

Vamos aqui tomar apenas um pequeno trecho que resume todo o capítulo: *A proposta é o Reino de Deus (cf. Lc 4,43); trata-se de amar a Deus, que reina no mundo. Na medida em que Ele conseguir reinar entre nós, a vida social será um espaço de fraternidade, de justiça, de paz, de dignidade para todos (EG, n. 180)*. Disto se trata: fazer da vida em sociedade não um espaço de competição de cada um contra todos, como propõe a ordem deste mundo, mas um espaço de fraternidade geral, porque é assim que se reconhece que Deus está reinando.



3 Nesse capítulo encontra-se uma das passagens mais contundentes da Encíclica: Assim como o mandamento “não matar” põe um limite claro para assegurar o valor da vida humana, assim também hoje devemos dizer “não a uma economia da exclusão e da desigualdade social”. Esta economia mata. Não é possível que a morte por enregelamento dum idoso sem abrigo não seja notícia, enquanto o é a descida de dois pontos na Bolsa. Isto é exclusão. Não se pode tolerar mais o fato de se lançar comida no lixo, quando há pessoas que passam fome. Isto é desigualdade social. Hoje, tudo entra no jogo da competitividade e da lei do mais forte, em que o poderoso engole o mais fraco. Em consequência desta situação, grandes massas da população veem-se excluídas e marginalizadas: sem trabalho, sem perspectivas, num beco sem saída. O ser humano é considerado, em si mesmo, como um bem de consumo que se pode usar e depois lançar fora. Assim teve início a cultura do “descartável”, que aliás chega a ser promovida. Já não se trata simplesmente do fenômeno de exploração e opressão, mas duma realidade nova: com a exclusão, fere-se, na própria raiz, a pertença à sociedade na qual se vive, pois quem vive nas favelas, na periferia ou sem poder já não está nela, mas fora. Os excluídos não são “explorados”, mas resíduos, “sobras”. (EG, n. 53).

Dado esse grande e nobre objetivo da Evangelização em sua dimensão social, Francisco vai desdobrar suas grandes linhas nas duas encíclicas seguintes: a *Laudato Si'* (que trata sobre nossa Casa comum, a Terra) e a *Fratelli Tutti*, que explicita a proposta de construção desse “espaço de fraternidade, de justiça, de paz, de dignidade para todos”. Neste tópico vamos destacar a promessa de Justiça e Paz se abraçarem, porque nesse abraço reside o *shalom*, a Paz que vem de Deus, que nenhum reino deste mundo consegue dar. No tópico seguinte veremos como essa proposta deve estender-se até a natureza – a grande comunidade de vida da Terra – para completar-se o projeto da Criação.

2. PAZ FUNDADA NA JUSTIÇA

Os Evangelhos afirmam insistentemente que a Paz que Jesus nos dá não é a paz que o mundo pode dar. No seu tempo, esta era a *pax romana*, a paz imposta pelo Império de César, que sufocava toda revolta e assim garantia a tranquilidade do comércio terrestre e marítimo, sem ladrões, bandidos nem piratas. Hoje essa paz que o mundo dá é a segurança de que os negócios vão prosperar, o mercado não sofrerá concorrência desleal e todas as pessoas que violarem o direito de propriedade serão vigiadas e punidas. Para essa forma de paz pela força das armas, pouco importa se há ou não justiça nas relações entre capital e trabalho, entre homem e mulher, entre países ricos e empobrecidos etc. Muita gente – inclusive pessoas que pensam ser discípulas de Jesus – parecem contentar-se com essa paz sem exigências éticas, como se não devêssemos sonhar com uma sociedade de iguais. Mas não é esta a atitude do Papa. Vejamos o que ele nos diz na *Fratelli Tutti*:

No mundo atual, esmorecem os sentimentos de pertença à mesma humanidade; e o sonho de construirmos juntos a justiça e a paz parece uma utopia de outros tempos. Vemos como reina uma indiferença acomodada, fria e globalizada, filha duma profunda desilusão que se esconde por detrás desta ilusão enganadora: considerar que podemos ser onipotentes e esquecer que nos encontramos todos no mesmo barco. [...] O isolamento e o fechamento em nós mesmos ou nos próprios interesses nunca serão o

caminho para voltar a dar esperança e realizar uma renovação, mas é a proximidade, a cultura do encontro. O isolamento, não; a proximidade, sim. Cultura do confronto, não; cultura do encontro, sim. (FT, n. 30).

Essa cultura do encontro, do diálogo que respeita as diferenças em busca da Paz na Terra – como em 1961 pedia João XXIII, na Encíclica *Pacem in Terris* destinada a impedir que a *guerra fria* evoluísse para um confronto nuclear entre as superpotências – deve estar na base da atuação política de todas as pessoas de boa vontade, mormente de quem se propõe a seguir Jesus. Em 2022, a guerra na Ucrânia veio demonstrar como a ausência do diálogo entre as Nações torna-se fator de grande quantidade de mortes, enorme sofrimento humano e risco de catástrofe nuclear. Ao optar por medir forças no campo militar, de um lado, e no campo econômico, de outro, em vez de aceitar o diálogo em busca de Paz com Justiça, a Rússia e os países da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) lançaram o mundo numa gravíssima crise que atinge principalmente as nações empobrecidas e vulneráveis.

Não basta, porém, praticar o diálogo como se ele fosse um fim em si mesmo: ele é um meio necessário à construção da Paz, sim, mas não pode ser separado da solidariedade com os “últimos”, aqueles que sofrem injustiça e não têm quem os defenda. Por isso o Papa dá tanta ênfase à dimensão da solidariedade como expressão da Amizade social. Vejamos o que ele ensina:

Os últimos, em geral, praticam aquela solidariedade tão especial que existe entre quantos sofrem, entre os pobres, e que a nossa civilização parece ter esquecido, ou pelo menos tem grande vontade de esquecer. Solidariedade é uma palavra que nem sempre agrada; diria que algumas vezes a transformamos num palavrão, que não se pode dizer; mas é uma palavra que expressa muito mais do que alguns gestos de generosidade esporádicos. É pensar e agir em termos de comunidade, de prioridade da vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns. É também lutar contra as causas estruturais da pobreza, a desigualdade, a falta de trabalho, a terra e a casa, a negação dos direitos sociais e laborais. É fazer face aos efeitos destrutivos do império do dinheiro. (FT, n. 116).

3. CAUSAS ESTRUTURAIS DA POBREZA

Ao falar de “causas estruturais da pobreza” o Papa assinala um tema de grande importância, embora de difícil abordagem. É fácil perceber as causas individuais da pobreza – e, no polo oposto, da riqueza – mas como é difícil perceber as estruturas que definem se a pessoa, já ao nascer, será rica ou pobre! Desde 1968, quando os bispos da América Latina e Caribe se referiram no Documento de Medellín aos “pecados estruturais” este é um tema muito debatido no âmbito da Igreja Católica, que há séculos tem focado os pecados individuais, mas não prestava a devida atenção aos pecados estruturais. Só recentemente ela veio a reconhecer seu erro ao apoiar a conversão forçada de povos indígenas no período colonial e a escravatura. Francisco fala de sua tristeza por *a Igreja ter demorado tanto tempo a condenar energeticamente a escravatura e várias formas de violência*. E completa dizendo que *hoje, com o desenvolvimento da espiritualidade e da teologia, não temos desculpas (FT, n. 86)*. Foi o desenvolvimento da teologia, ao apoiar-se nas ciências sociais, que permitiu perceber as causas estruturais dos males que nos afligem.

As estruturas sociais podem ser comparadas às estruturas de construções: alicerces, colunas e vigas, bem como instalações elétricas e hidráulicas. Elas sustentam todo o prédio e o tornam habitável, mas quem nele habita nem sabe onde estão, porque não ficam à vista. Só os próprios construtores e pessoas peritas conseguem perceber onde se localizam e como está seu estado de conservação. Assim também a sociedade: podemos viver nela sem conhecer suas estruturas, mas se queremos transformá-la temos que recorrer ao saber especializado das ciências sociais. É para esse problema que o Papa aponta ao falar de causas estruturais da pobreza. Não cabe nestes *Cadernos* aprofundar esse assunto complexo, mas precisamos prestar atenção aos “efeitos destrutivos do império do dinheiro”, para construir estruturas sociais que propiciem a Paz e a Justiça.

4. PARA UMA CIVILIZAÇÃO DO AMOR

Francisco retoma a expressão *civilização do amor*, cunhada por Paulo VI (cf. OA, 23) para expressar o projeto político que a Igreja quer para a Humanidade. *Trata-se de avançar para uma ordem social e política cuja alma seja a caridade social (FT, n. 180)*. Francisco está nos dizendo que seu ponto de partida – e também seu ponto de chegada – é o “amor social”, aquela *força capaz de suscitar novas vias para enfrentar os problemas do mundo de hoje e renovar profundamente, desde o interior, as estruturas, organizações sociais, ordenamentos jurídicos (FT, n. 183)*. É por amor a todos os seres humanos, porque são nossos irmãos e irmãs, que devemos construir essa *civilização do amor*. Não é “uma atitude sentimentalista, prisioneira das emoções e opiniões contingentes dos indivíduos”, mas sim uma *relação da caridade com a verdade que favorece o seu universalismo, evitando assim que ela acabe confinada num âmbito restrito e carente de relações*, e se inclua entre os projetos e processos de construção de um desenvolvimento humano de alcance universal, no diálogo entre o saber e a realização prática (FT, n. 184).

Esse projeto não brota de alguma teoria elaborada em laboratório, mas sim das lutas populares. O Papa observa que em alguns “bairros populares vive-se ainda aquele espírito de vizinhança segundo o qual cada um sente espontaneamente o dever de acompanhar e ajudar o vizinho. Nos lugares que conservam tais valores comunitários, as relações de proximidade são marcadas pela gratuidade, solidariedade e reciprocidade, partindo do sentido de um “nós” do bairro. Essa prática comum a tantos bairros e ambientes rurais deveria inspirar as relações de todo um povo e dos povos entre si e assim

[...]construir uma vizinhança cordial entre os povos. Mas as visões individualistas traduzem-se nas relações entre países. O risco de viver acautelando-nos uns dos outros, vendo os outros como concorrentes ou inimigos perigosos, é transferido para o relacionamento com os povos da região. Talvez tenhamos sido educados neste medo e nesta desconfiança. (FT, n. 152).

Francisco não é ingênuo, e sabe muito bem o quanto é difícil construir uma ordem político-econômica fundada na solidariedade, que é a expressão prática do amor social. Se é difícil para um pequeno país, mais ainda para o mundo inteiro. Mas este é o desafio a que somos convidados: *tornar possível o desenvolvimento duma comunidade mundial capaz de realizar a fraternidade a partir de povos e nações que vivam a amizade social, o que requer a política colocada ao serviço do verdadeiro bem comum (FT, n. 154)*. O caminho apontado por Francisco é aquele que aprendeu nas periferias geográficas e existenciais em que ele exerceu seu ministério como bispo, na Argentina, e para as quais continua atento como bispo de Roma:

Esta caridade, coração do espírito da política, é sempre um amor preferencial pelos últimos, que subjaz a todas as ações realizadas em seu favor. Só com um olhar cujo horizonte esteja transformado pela caridade, levando-nos a perceber a dignidade do outro, é que os pobres são reconhecidos e apreciados na sua dignidade imensa, respeitados no seu estilo próprio e cultura e, por conseguinte, verdadeiramente integrados na sociedade. Um tal olhar é o núcleo do autêntico espírito da política. Os caminhos que se abrem a partir dele, são diferentes dos caminhos de um pragmatismo sem alma. [...] O necessário é haver distintos canais de expressão e participação social. A educação está ao serviço deste caminho, para que cada ser humano possa ser artífice do seu destino. Demonstra aqui o seu valor o princípio de subsidiariedade, inseparável do princípio de solidariedade. (FT, n. 187).

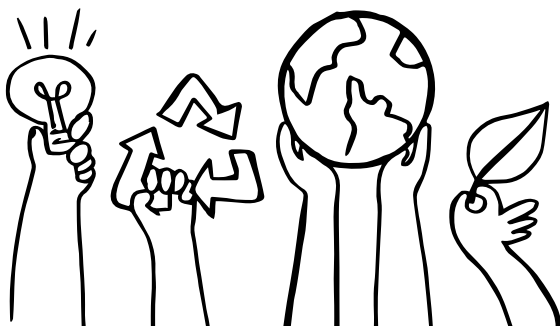
CONCLUSÃO

Ao reforçar o convite a todos os cristãos a ir além da caridade interpessoal e ampliar seu alcance à política como expressão melhor do amor social, Francisco nos alerta para suas dificuldades e percalços numa sociedade na qual imperam as leis do mercado, em que manda o dinheiro. Diz ele:

Nesta luta de interesses que nos coloca todos contra todos, onde vencer se torna sinônimo de destruir, como se pode levantar a cabeça para reconhecer o vizinho ou ficar ao lado de quem está caído na estrada? Hoje, um projeto com grandes objetivos para o desenvolvimento de toda a humanidade soa como um delírio. Aumentam as distâncias entre nós, e a dura e lenta marcha rumo a um mundo unido e mais justo sofre um novo e drástico revés. (FT, n. 16).

Não é com um otimismo ingênuo – infelizmente ainda presente entre tanta gente que entra na política pensando que basta a boa vontade para promover o Bem Comum – que o Papa nos convida a participar da política! Ele sabe que o desenvolvimento de toda a Humanidade, respeitando os direitos e a vida da Terra – nossa *Casa comum* – parece ser um delírio sem fundamento. Pior: a pandemia representa um novo e drástico revés para nós. Ele não oculta essa realidade. Ao contrário, ele fala claramente dessa realidade para não desistirmos diante das dificuldades. Não por acaso, toda a Encíclica *Fratelli Tutti* tem como fio condutor a parábola do Bom Samaritano, que não pergunta ao homem caído se ele teve ou não culpa, mas o socorreu. Por isso, vamos encerrar este tópico sugerindo uma reflexão sobre a interpelação do Papa:

Esta parábola é um ícone iluminador, capaz de manifestar a opção fundamental que precisamos de tomar para reconstruir este mundo que está esperando por nós. Diante de tanta dor, à vista de tantas feridas, a única via de saída é ser como o bom samaritano. Qualquer outra opção deixa-nos ou com os salteadores ou com os que passam ao largo, sem se compadecer com o sofrimento do ferido na estrada. (FT, n. 67).



IV. CUIDAR DA CASA COMUM

*Deus viu tudo quanto havia feito,
e achou que era muito bom.*

Gn 1,31

REFLEXÃO INICIAL

Ao evocar a parábola do Bom Samaritano para expor a necessidade da Amizade Social em nossos dias, Francisco abre o horizonte da espiritualidade cristã para a Política, ciência e arte do bem comum. Em seguida, o Papa nos convida a dar mais um passo: alargar o âmbito da política para nele incluir a “nossa irmã Terra”. Para isso, o Pontífice se inspira na figura do irmão universal, que é São Francisco de Assis. Vejamos o que significa esse salto de qualidade no Ensino Social da Igreja.

I. ECOLOGIA INTEGRAL

São Francisco de Assis sempre foi um santo querido do povo, por sua simplicidade e sua vida em harmonia com Deus e com suas criaturas, que ele chamava de irmãs e irmãos. Só recentemente, porém, estamos entendendo que aquela atitude era mais do que expressão de uma profunda espiritualidade: era o primeiro passo da Igreja em favor do que hoje se chama *Ecologia Integral*.

A Igreja do Brasil, por meio da Campanha da Fraternidade de 1979, já apresentava a preocupação em relação ao cuidado com o equilíbrio ambiental, que teve como lema “Preserve o que é de todos”, antecipando a temática da Ecologia.

O tema ganhou maior visibilidade mundial quando em 1992 se reuniram no Rio de Janeiro governantes, membros de Movimentos Sociais, ecologistas, representante de povos originários, artistas, religiosos, cientistas e muita gente interessada na questão do clima. Essa Conferência Mundial da Eco-92 marcou o início de muitos projetos internacionais sobre o clima, a ecologia e o cuidado com a poluição da Terra. Desde Paulo VI o tema foi levantado na Igreja e depois de sucessivos amadurecimentos, tornou-se objeto central da Encíclica *Laudato Si’*.

O enfoque da Encíclica, como não poderia deixar de ser, é teológico. Publicada em 2015, ela amplia o Ensino Social da Igreja, que passa a incluir a Terra, *nossa mãe e irmã*, como a *Casa comum* da Humanidade e de todas as espécies que a habitam. Assim é colocada a questão:

Crescemos pensando que éramos seus proprietários e donos, autorizados a saqueá-la. A violência, que está no coração humano ferido pelo pecado, vislumbra-se nos sintomas de doença que notamos no solo, na água, no ar e nos seres vivos. Por isso, entre os pobres mais abandonados e maltratados, conta-se a nossa terra oprimida e devastada, que “geme e sofre as dores do parto” (Rm 8,22). Esquecemo-nos de que nós mesmos somos terra (Gn 2,7). O nosso corpo é constituído pelos elementos do planeta; o seu ar permite-nos respirar, e a sua água vivifica-nos e restaura-nos. (LS, n. 2).

Ao tratar não apenas a Ecologia, mas a Ecologia *integral*, Francisco nos convida a entender que a questão ecológica envolve tanto economia, política e relações internacionais, quanto sentimentos, espiritualidade e atitude de cuidado. Ou seja, a crise ecológica que hoje atinge toda a vida na Terra deve ser entendida também em suas dimensões humanas e sociais. Diz o Papa:

A ecologia estuda as relações entre os organismos vivos e o meio ambiente em que se desenvolvem. E isto exige sentar-se para pensar e discutir acerca das condições de vida e de sobrevivência de uma sociedade, com a honestidade de pôr em questão modelos de desenvolvimento, produção e consumo. Nunca é demais insistir que tudo está interligado. O tempo e o espaço não são independentes entre si; nem os próprios átomos ou as partículas subatômicas se podem considerar separadamente. Assim como os vários componentes do planeta – físicos, químicos e biológicos – estão relacionados entre si, assim também as espécies vivas formam uma trama que nunca acabaremos de individualizar e compreender. Boa parte da nossa informação genética é partilhada com muitos seres vivos. Por isso, os conhecimentos fragmentários e isolados podem tornar-se uma forma de ignorância, quando resistem a integrar-se numa visão mais ampla da realidade. (LS, n. 138).

Esse parágrafo é denso, porque nele Francisco traz uma síntese de sua mensagem. Se “tudo está interligado”, ao falar das condições climáticas, da poluição do ar, dos solos e das águas, ou da extinção de espécies e de proliferação de doenças, precisamos ligar tudo isso ao modo de produzir e consumir os bens que necessitamos para viver (economia), ao modo de organizar a vida coletiva (política), ao modo de pensar (ciências) e até ao modo de prestar culto ao Criador (religião). Ele reconhece que é difícil superar nossa ignorância nesse campo, porque é um tema muito complexo, mas precisamos ter essa “visão mais ampla da realidade” se quisermos viver em harmonia com a Terra, sua comunidade de vida e com toda a Humanidade.

A Ecologia Integral, que nos faz pensar os problemas tendo sempre uma visão de conjunto – a Terra com todas as espécies que nela vivem, inclusive a Humanidade – leva o Papa a afirmar que

não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise socioambiental". Por isso mesmo, devemos buscar sua solução numa "abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza. (LS, n. 139).

Atitudes práticas – como separar o material reciclável do lixo orgânico, evitar o uso de material descartável e não poluir as águas – são importantes, sem dúvida, mas seria muita ingenuidade acreditar que basta fazer isso para superarmos a crise ecológica. Só mais recentemente a Humanidade está tomando consciência da gravidade dessa crise, porque o tempo da Terra se mede em séculos. O clima que hoje conhecemos, com áreas frias junto aos polos e quentes junto ao equador, correntes marítimas que levam água aquecida para regiões frias, e resfriam regiões quentes, diferentes espécies de plantas e animais espalhadas por toda parte, e tudo que estudamos na geografia, está em vigor há cerca de 20.000 anos. Esse clima é o resultado de um equilíbrio muito delicado entre as diversas forças da natureza que atuam na Terra. O problema é que a tecnologia produzida pela humanidade nos últimos 300 anos tem tanta força que está gerando um desequilíbrio capaz de provocar grandes catástrofes, se atingir um certo limite (estimado no aumento de 2º C na temperatura média da Terra). É isso que o Papa quer dizer ao falar do *clamor da Terra*: ela está nos pedindo socorro, porque se não for socorrida a tempo, deixará de ser a nossa casa para tornar-se deserto.

2. GRITO DA TERRA, GRITO DOS POBRES

Na hora das crises quem é atingido primeiro, quem mais sofre e quem mais morre são os pobres. O Papa não deixa dúvida quando afirma:

Muitas vezes falta uma consciência clara dos problemas que afetam particularmente os excluídos. Estes são a maioria do planeta, bilhões de pessoas. [...] Na hora da implementação concreta, permanecem frequentemente no último lugar. Isto deve-se, em parte, ao fato de que muitos profissionais, formadores de opinião,

meios de comunicação e centros de poder estão localizados longe deles, em áreas urbanas isoladas, sem ter contato direto com os seus problemas. [...] Mas, hoje, não podemos deixar de reconhecer que uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres. (LS, n. 49).

Basta lembrar as tragédias climáticas locais (enchentes, desmoronamentos etc.): quase sempre elas atingem apenas as populações empobrecidas, que ocupam as áreas mais vulneráveis porque são as de menor valor econômico. Os noticiários trazem imagens desses desastres naturais, falam do sofrimento das famílias, mostram os prejuízos e danos materiais, mas tudo é apresentado como se isso resultasse unicamente de fatores naturais. Temos que ter consciência de que as populações pobres só moram na beira do rio e em locais de risco porque essas áreas não interessam ao mercado imobiliário. É claro que catástrofes naturais atingem a todos, mas atingem mais gravemente as populações empobrecidas do que as ricas.

O Papa, que não tem sua visão focada num único país, porque traz sempre uma visão global, alerta:

A desigualdade não afeta apenas os indivíduos, mas países inteiros, e obriga a pensar numa ética das relações internacionais. Com efeito, há uma verdadeira “dívida ecológica”, particularmente entre o Norte e o Sul. [...] O aquecimento causado pelo enorme consumo de alguns países ricos tem repercussões nos lugares mais pobres da Terra, especialmente na África, onde o aumento da temperatura, juntamente com a seca, tem efeitos desastrosos no rendimento das plantações. (LS, n. 51).

Supera-se então uma ideia muito frequente entre certos adeptos da “economia verde” – que se propõe a reduzir os danos ecológicos impondo pesadas taxas a quem poluir – que mira apenas a integridade da natureza, sem considerar a qualidade de vida da população. É importante, sim, cuidar da natureza e reduzir ao máximo os danos que lhe causamos pelo nosso modo de produção e consumo, mas é preciso fazer isso sem que os pobres sejam prejudicados. Eles já sofreram e sofrem muito devido a eventos climáticos: a

conta tem que recair sobre quem tem mais recursos e que – como bem lembra o Papa – muitas vezes enriqueceu-se devastando a natureza. Aqui entra um tema muito caro a Francisco: os povos originários e suas tradições.

Para eles, a terra não é um bem econômico, mas dom gratuito de Deus e dos antepassados que nela descansam, um espaço sagrado com o qual precisam interagir para manter a sua identidade e os seus valores. Eles, quando permanecem nos seus territórios, são quem melhor os cuida. Em várias partes do mundo, porém, são objeto de pressões para que abandonem suas terras e as deixem livres para projetos extrativos e agropecuários que não prestam atenção à degradação da natureza e da cultura. (LS, n. 146).

O Papa conhece bem a realidade da Amazônia e sem dúvida pensou nela ao redigir o parágrafo acima, valorizando o cuidado que os povos que chamamos “indígenas” têm com seu território. Para eles a terra não pode ser objeto de negócio, porque não se vende o lugar onde descansam os antepassados e onde moram os espíritos benfazejos que dão vida ao mundo. Por isso nós cristãos devemos apoiar com todo vigor políticas que defendam os povos indígenas (e quilombolas) e seus territórios contra todo intento de devastação, especulação imobiliária ou ocupação por empresas (de mineração, exploração florestal ou do agronegócio).

Diante da acusação de que tal proposta significa impedir o desenvolvimento, responde o Papa:

Ninguém quer o regresso à Idade da Pedra, mas é indispensável abrandar a marcha para olhar a realidade de outra forma, recolher os avanços positivos e sustentáveis e ao mesmo tempo recuperar os valores e os grandes objetivos. (LS, n. 114).

Os avanços atuais de ciência e da tecnologia devem ser colocados a serviço da Ecologia Integral e dos povos que a colocam em prática, não a serviço de empresas que, em sua busca de lucro, não se importam em esmagar populações indefesas, os Direitos Humanos e os Direitos da Terra. Para isso é indispensável superar a lógica que não deixa espaço para uma sincera preocupação pelo meio ambiente nem se preocupa por integrar os mais frágeis (LS, n. 196). Aqui entra uma questão chave:

3. QUAL É LUGAR DA POLÍTICA?

Após traçar o quadro da complexa realidade em que vivemos e os apelos que ela faz a todas as pessoas de boa vontade, especialmente as que seguem os ensinamentos de Jesus Cristo, Francisco aponta caminhos para a ação prática. Vale a pena retomar o parágrafo em que ele resume esse quadro da realidade:

O clima é um bem comum, um bem de todos e para todos. A nível global, é um sistema complexo, que tem a ver com muitas condições essenciais para a vida humana. Há um consenso científico muito consistente, indicando que estamos perante um preocupante aquecimento do sistema climático. [...] A humanidade é chamada a tomar consciência da necessidade de mudanças de estilos de vida, de produção e de consumo, para combater este aquecimento ou, pelo menos, as causas humanas que o produzem ou acentuam. (LS, n. 23).

Disso se trata: mudar o estilo de vida que hoje predomina no mundo, porque ele já está causando estragos enormes na *Casa Comum* que é o planeta que habitamos em comunidade com milhões de outras espécies vivas. Mais grave ainda: se não for mudado, esse estilo de vida produtivista e consumista irá desembocar em uma catástrofe climática que devastará a vida humana na Terra. O Papa retoma aqui o tema tratado no tópico I: se o *clima é um bem comum*, ele deve ser objeto da Política – ciência e arte do bem comum. Assim, ele coloca a questão e já aponta o caminho da resposta:

Qual é o lugar da política? Recordemos o princípio da subsidiariedade, que dá liberdade para o desenvolvimento das capacidades presentes em todos os níveis, mas simultaneamente exige mais responsabilidade pelo bem comum de quem tem mais poder. É verdade que, hoje, alguns setores econômicos exercem mais poder do que os próprios Estados. Mas não se pode justificar uma economia sem política, porque seria incapaz de promover outra lógica para governar os vários aspectos da crise atual. (LS, n. 196).

Ao referir-se ao princípio da *subsidiariedade*, o Papa retoma o que há mais de um século faz parte do Ensino Social da Igreja: os poderes mais fortes não devem intervir nos casos em que poderes menores são suficientes para lidar com uma questão. Em geral, isso significa que o Poder Público não deve intervir onde a sociedade civil é capaz de resolver as questões, ou no caso de interferência do Estado, que seja dada prioridade aos poderes locais (prefeitura, em vez do governo federal). O Papa constata, porém, que atualmente certos setores econômicos (bancos de investimento, empresas transnacionais e outras grandes corporações) tornaram-se mais fortes do que os próprios Estados nacionais. Assim, eles conseguem escapar ao controle que cabe ao Estado e impõem seus interesses corporativos sobre o bem comum. Diante dessa ameaça real ao bem comum, é preciso reforçar a Política. A isso somos hoje convocados e convocadas por Francisco, em defesa de nossa *Casa Comum*.

Aqui o Papa aponta, com exemplos práticos, outras formas de fazer Política além da participação política em sentido estrito, como o exercício de cargo público, a atuação em Partidos, participação nos processos eleitorais, manifestações de rua e outras formas de fazer pressão sobre os Poderes Públicos. Já vimos este assunto no Tópico II, mas convém aqui retomar o que diz Francisco:

Nem todos são chamados a trabalhar de forma direta na política, mas no seio da sociedade floresce uma variedade inumerável de associações que intervêm em prol do bem comum, defendendo o meio ambiente natural e urbano. [...] Isto significa também cultivar uma identidade comum, uma história que se conserva e se transmite. Desta forma cuida-se do mundo e da qualidade de vida dos mais pobres, com um sentido de solidariedade que é, ao mesmo tempo, consciência de habitar numa casa comum que Deus nos confiou. Estas ações comunitárias, quando exprimem um amor que se doa, podem transformar-se em experiências espirituais intensas. (LS, n. 232).

O Papa abre muitos caminhos para a participação política dos cristãos, alertando que a Igreja *deve escutar e promover o debate honesto entre os cientistas, respeitando a diversidade de opiniões*. Só não aceita a omissão:

Basta olhar a realidade com sinceridade, para ver que há uma grande deterioração da nossa casa comum. A esperança convida-nos a reconhecer que sempre há uma saída, sempre podemos mudar de rumo, sempre podemos fazer alguma coisa para resolver os problemas. (LS, n. 61).

Ele nos chama à responsabilidade ao perguntar:

Que tipo de mundo queremos deixar a quem vai suceder-nos, às crianças que estão crescendo? Se esta pergunta é posta com coragem, leva-nos inexoravelmente a outras questões muito diretas: Com que finalidade passamos por este mundo? Para que viemos a esta vida? Para que trabalhamos e lutamos? Que necessidade tem de nós esta terra? Somos nós os primeiros interessados em deixar um planeta habitável para a humanidade que nos vai suceder. (LS, n. 160).

A esperança que Francisco traz para nós – cristãos e cristãs – e para todas as pessoas de boa vontade, é, portanto, uma esperança que leva à ação, como ensinava Paulo Freire ao usar o verbo “esperançar”. O Papa tem plena consciência do risco que corremos diante das

[...]previsões catastróficas que já não se podem olhar com desprezo e ironia. Às próximas gerações poderíamos deixar demolidas ruínas, desertos e lixo. O ritmo de consumo, desperdício e alteração do meio ambiente superou de tal maneira as possibilidades do planeta, que o estilo de vida atual – por ser insustentável – só pode desembocar em catástrofes, como aliás já está acontecendo periodicamente em várias regiões. A atenuação dos efeitos do desequilíbrio atual depende do que fizermos agora, sobretudo se pensarmos na responsabilidade que nos atribuirão aqueles que deverão suportar as piores consequências. (LS, n. 161).

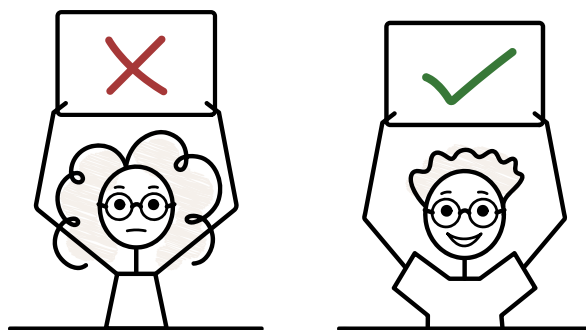
CONCLUSÃO

Ao abordar a realidade atual da Terra, nossa *Casa comum*, como tema central de sua encíclica, Francisco fez mais do que abrir um novo campo para o Ensino Social da Igreja, que em sua primeira etapa tratou a *questão social* com o foco na Justiça nas relações entre capital e trabalho, e mais tarde abordou a necessidade da Paz entre os povos. Agora, ao trazer as relações entre os seres humanos e a Terra para o centro de suas atenções, a Igreja vem alertar seus fiéis e toda a humanidade sobre nossa obrigação ética de cuidar da vida na Terra. Este não é apenas um capítulo novo na sua Doutrina Social, mas é também um novo horizonte que se abre para a Teologia da Criação e do lugar da Humanidade como “imagem e semelhança” de Deus. Daí a importância dessa encíclica, que merece ser bem conhecida e refletida por todos os cristãos, particularmente pelas pessoas que desempenham função de serviço na Igreja, como catequistas, agentes de pastoral, ministros e ministras da Palavra e todas aquelas que se colocam como discípulos e discípulas em missão evangelizadora.

E o Papa conclui esse importante documento retomando a *Carta da Terra*, publicada no ano 2000:

Atrevo-me a propor de novo aquele considerável desafio: “Como nunca antes na história, o destino comum obriga-nos a procurar um novo início [...]. Que o nosso seja um tempo que se recorde pelo despertar duma nova reverência face à vida, pela firme resolução de alcançar a sustentabilidade, pela intensificação da luta em prol da justiça e da paz e pela jubilosa celebração da vida”. (LS, n. 207).

Que assim seja!



2022 - ELEIÇÕES E DEMOCRÁCIA

*Como é que não sabeis avaliar
os sinais do tempo presente?*

Lc 12,56

REFLEXÃO INICIAL

Tendo refletido sobre diferentes campos da política como amor social, seguindo o ensinamento de Francisco, cabe agora levantar a questão eleitoral. Embora a política seja muito mais do que eleições, este é um tema que não pode ser ignorado. Com mais razão ainda porque o Brasil está numa crise político-econômica que abalou seriamente a confiança do povo nas instituições, e o processo eleitoral é o momento mais favorável a um grande debate nacional para encontrar a melhor saída da crise. É claro que não é função do bispo de Roma apontar saídas para a realidade

de cada país, mas suas palavras podem e devem nos inspirar para ações práticas diante do momento político de 2022.

I. RECORDAR A CRISE POLÍTICA E INSTITUCIONAL DO BRASIL

O período de 2013-2016 foi marcado por muitas manifestações de rua e culminou com o processo de impedimento da presidente eleita. Com essa ruptura conclui-se o ciclo social-desenvolvimentista baseado numa coligação que teve o consentimento tácito das classes ricas, que apoiaram as políticas sociais em favor dos setores empobrecidos em troca da suspensão de reformas estruturantes – agrária, fiscal e política – e ainda a auditoria da dívida pública, que faziam parte do projeto das classes trabalhadoras desde a convocação da Constituinte de 1988. Diante da crise financeira mundial, porém, os grupos dominantes romperam o acordo tácito e buscaram um governo alinhado apenas aos seus interesses, como foram os governos que sucederam.

Esses governos acobertam o capitalismo de rapina, cujo lucro vem da apropriação privada de bens comuns e do rentismo, por se tratar daquela “economia que mata”, como ensina o Papa Francisco (EG, n. 53). Vemos aí a rapina em estado bruto, praticada por madeireiros, grileiros, garimpeiros e outros invasores de terras públicas ou territórios indígenas, que, protegidos por milícias ou mesmo por policiais e militares, descumprem a Constituição e permanecem impunes, porque se sentem amparados por agentes do Governo Federal. Mas existe também a rapina sofisticada e legalizada, praticada por banqueiros, empresários do agronegócio, da mineração e de serviços urbanos, que se beneficiam de decretos que favorecem a evasão fiscal, práticas antiecológicas e a exploração e precarização de trabalhadores e trabalhadoras, ao mesmo tempo que dificultam investigações do Ministério Público e da Polícia Federal.

Diante dessa realidade de sofrimento, doença (principalmente pela omissão das autoridades públicas no enfrentamento à Covid-19 que gerou um absurdo de mortes no Brasil – mais de 660.000), desemprego, trabalho precário, inflação e fome, surgem sinais de reativação dos setores

derrotados em 2016, como são as manifestações de rua com participação predominante de jovens, as mobilizações indígenas, e outras manifestações que ganham repercussão entre as entidades da sociedade civil – CNBB, OAB, ABI, SBPC, ABC, Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns, CONIC e outras – e com isso alcançam a esfera da repercussão midiática. Até o presente momento essas manifestações têm sido antes expressão de reação contra articulações e ações governamentais e de setores elitistas e conservadores da sociedade civil, do que proposições alternativas, embora já estejam em pauta propostas de frentes populares ou de frentes amplas em torno a grandes temas de consenso.

Esses seis anos de crise político-econômica, agravada pela pandemia da COVID-19, colocaram o Brasil em um impasse: ou se faz um novo pacto entre a minoria rica e as organizações de trabalhadores e trabalhadoras, ou o Brasil caminhará para um estado de convulsão social ou de regime autoritário no qual não se admitem divergências.

Apesar do agravamento da crise econômica devido à guerra na Ucrânia e da miséria e da fome que aumentam a cada dia, não há sinais de convulsão social, mas são claros os sinais de construção de um regime autoritário por políticos sem compromisso com o Estado Democrático de Direito. Confiantes em seu triunfo eleitoral em 2022 e no armamento já em mãos privadas, esses políticos se comportam como se não houvesse futuro e tratam de ganhar o máximo possível no curto prazo. Este é o resultado da afinidade entre o capitalismo de rapina e o oportunismo político.

Diante desse quadro, a atual reativação de forças de oposição é sinal de esperança, mas não se deve ignorar que até agora elas concentram-se nos setores médios da sociedade, nos grupos organizados e nos chamados *coletivos*, tendo muito pouca irradiação nos setores empobrecidos das periferias urbanas e sociais. Trata-se de uma reativação que se dá ainda de modo esparso e pouco articulado. Seu poder político e social é pequeno demais para provocar uma reversão do cenário, como parece ser o caso de outros países da América Latina, como o Chile, que agora caminha para livrar-se inteiramente da herança autoritária da ditadura pinochetista.

Deve-se observar, porém, que a maioria da população brasileira está assistindo a tudo isso sem entender e, pior, sem saber que não está entendendo. Vítima do intenso processo de despolitização neoliberal dos anos 1990 e retomado em 2013, essa massa popular tem sido alvo de todo tipo de violência – física, cultural, econômica e ideológica – sem que o Estado venha em sua defesa, salvo nos raros episódios em que o Poder Judiciário intervém com sucesso.

Seria ingênuo esperar a reversão dessa despolitização sem um amplo processo de educação popular, que leva tempo. Percebe-se, porém, que as forças aliadas ao capital de rapina estão se enfraquecendo enquanto os setores populares ganham musculatura. Sendo assim, é possível pensar a formação de um governo de união nacional que venha consertar os estragos e reduzir os limites do capitalismo de rapina – se não for possível suprimi-lo inteiramente – e restaurar as instituições republicanas hoje abaladas.

Diante desse quadro, verifica-se que ganha força a tendência que vai no sentido de se construir um governo de união nacional e salvação da democracia. Dificilmente ele será capaz de ir além de uma política de redução de danos – o que já é o bastante, diante da realidade atual. Além disso, um governo de união nacional pode ser a oportunidade histórica de oferecer aos movimentos e organizações populares o prazo que necessitam para realizar sua função de conscientização e organização política desde as bases populares. Construir a Democracia, e Democracia integral – política, econômica, ecológica, de raça e de gênero – respeitando o princípio da laicidade do Estado, não é algo trivial. Como isso exige um amplo arco de alianças, é preciso ter bem claro quais são os preceitos éticos inegociáveis, para que a grande concertação que poderá evitar uma convulsão social seja pautada pela Justiça e pelos Direitos (inclusive da Terra) como fundamentos da Paz – no Brasil e no Mundo.

Diante desse quadro e da possibilidade de formação de uma grande coalização democrática por um governo de união nacional, vejamos a orientação ética dada por Francisco na Encíclica *Fratelli Tutti*.

2. PRINCÍPIOS ÉTICOS PARA UM GOVERNO DE UNIÃO NACIONAL

O Papa tem em vista a realidade mundial, mas parece que ele fala olhando a realidade brasileira quando se refere “àquele mínimo que não se pode adiar mais”:

Ainda estamos longe duma globalização dos direitos humanos mais essenciais. Por isso a política mundial não pode deixar de colocar entre seus objetivos principais e irrenunciáveis o de eliminar efetivamente a fome. Com efeito, quando a especulação financeira condiciona o preço dos alimentos, tratando-os como uma mercadoria qualquer, milhões de pessoas sofrem e morrem de fome. Por outro lado, descartam-se toneladas de alimentos. Isto constitui um verdadeiro escândalo. A fome é criminosa, a alimentação é um direito inalienável. (FT, n. 189).

O Papa vai mais além do princípio ético que coloca sempre a vida acima do lucro, ao afirmar que os alimentos – pelo menos os básicos, que matam a fome – não podem ser tratados com “uma mercadoria qualquer” cujo preço é fixado pelo equilíbrio entre oferta e procura. Ele faz eco a um dito do bispo Pedro Casaldàliga: “Tudo é relativo. Absoluto, só Deus e a fome”. É evidente que não se trata de aplicar um princípio ético como se fosse uma política pública, mas sim dar prioridade a políticas de *combate à fome e à miséria* sobre a política de equilíbrio fiscal.

Cabe ao Papa e à Igreja exigirem, profeticamente, o combate à fome, à miséria e dar exemplos de partilha solidária, porém não cabe ao Papa nem à Igreja elaborar e executar uma política pública de combate à fome, pois isso envolve questões de ordem institucional – atribuições do poder municipal, estadual e federal – e de ordem econômica – definir a maneira mais eficaz de arrecadar recursos e distribuí-los entre os diferentes organismos encarregados do combate à fome.

Nesse debate não pode ser esquecida a experiência do programa “Fome Zero”, de sucesso reconhecido internacionalmente, assim como não pode ser esquecida a tragédia recente de aumento da fome no Brasil devido à política de exportação de alimentos. Ou seja, as formas de combate à fome – e à miséria, que normalmente a acompanha – podem ser variadas, mas sua prioridade absoluta não pode ser negociada.

A segunda prioridade indicada pelo Papa é o *trabalho*. Ao falar do que é um político “verdadeiramente popular – porque promove o bem do povo”, ele levanta o que chama de a “grande questão”:

A grande questão é o trabalho. [...] Esta é a melhor ajuda para um pobre, o melhor caminho para uma existência digna. Por isso, insisto que “ajudar os pobres com o dinheiro deve sempre ser um remédio provisório para enfrentar emergências. O verdadeiro objetivo deveria ser sempre consentir-lhes uma vida digna através do trabalho”. Por mais que mudem os sistemas de produção, a política não pode renunciar ao objetivo de conseguir que a organização duma sociedade assegure a cada pessoa uma maneira de contribuir com as suas capacidades e o seu esforço. Com efeito, não há pobreza pior do que aquela que priva do trabalho e da dignidade do trabalho. Numa sociedade realmente desenvolvida, o trabalho é uma dimensão essencial da vida social, porque não é só um modo de ganhar o pão, mas também um meio para o crescimento pessoal, para estabelecer relações sadias, expressar-se a si próprio, partilhar dons, sentir-se corresponsável no desenvolvimento do mundo e, finalmente, viver como povo. (FT, n. 162).

Essa prioridade conferida ao trabalho ganha especial relevância no caso brasileiro, em que o desemprego atinge taxas vergonhosas apesar das reformas que tiraram a segurança do emprego e precarizaram as relações de trabalho. Reformas essas que foram enganosamente feitas exatamente com o argumento de melhorar o nível do emprego e as condições de vida do povo.

Reverter essa situação não é algo que se faz de um dia para o outro, mas algumas medidas devem ser tomadas imediatamente, antes que esse problema se agrave e deixe cicatrizes sociais irremediáveis no trabalhador, na trabalhadora – especialmente sendo jovens – e nas suas famílias. Embora seja indispensável uma política que dê incentivos econômicos à criação de novos postos de trabalho, ela seria insuficiente se não tiver como contrapartida uma sólida organização de movimentos de trabalhadores e trabalhadoras. É o que diz Francisco, ao valorizar os Movimentos Populares.

A grande questão do trabalho não está desvinculada de uma política pública de Estado que inclua a renda básica universal incondicional para

“redefinir as relações no mercado laboral, garantindo às pessoas a dignidade de rejeitar condições de trabalho que as aprisionam na pobreza” (PAPA FRANCISCO, 2020b, p. 143). O Brasil tem aprovada uma lei de Renda Básica, mas nunca foi colocada em prática.

3. O PAPEL DOS MOVIMENTOS POPULARES

Enfim, Francisco retoma um tema que lhe é caro: o papel dos “Movimentos Populares, que reúnem desempregados, trabalhadores precários e informais e tantos outros que não entram facilmente nos canais já estabelecidos”.

É necessário pensar a participação social, política e econômica segundo modalidades tais que incluam os movimentos populares e animem as estruturas de governo locais, nacionais e internacionais com aquela torrente de energia moral que nasce da integração dos excluídos na construção do destino comum e, por sua vez, se incentive a que *“estes movimentos, estas experiências de solidariedade que crescem de baixo, do subsolo do planeta, confluam, sejam mais coordenados, se encontrem. [...] Com eles, será possível um desenvolvimento humano integral, que implica superar a ideia das políticas sociais concebidas como uma política para os pobres, mas nunca com os pobres, nunca dos pobres, e muito menos inserida num projeto que reúna os povos. Embora incomodem e mesmo se alguns “pensadores” não sabem como classificá-los, é preciso ter a coragem de reconhecer que, sem eles, “a democracia atrofia-se, torna-se um nominalismo, uma formalidade, perde representatividade, vai-se desencarnando porque deixa fora o povo na sua luta diária pela dignidade, na construção de seu destino.” (FT, n. 169).*

Ao destacar a importância dos Movimentos Populares na criação de uma nova ordem política, econômica e social mundial, Francisco nos lembra que qualquer frente política formada sem ampla participação será um acordo de minorias, especialmente as mais privilegiadas. Precisamos de uma grande união política pelo Brasil, não um acordo de cúpula para defender os interesses de poderosos ameaçados de perderem seus privilégios. O critério político apontado por Francisco para a legitimidade dessa frente de união nacional não poderia ser outro, senão aquele que os

bispos da América Latina e Caribe formularam em 1968, em Medellín, e foi depois universalizado pelo magistério do Papa: a opção preferencial pelos pobres. Neste caso, a defesa dos trabalhadores e trabalhadoras sem emprego ou com trabalho precarizado.

4. PARTICIPAR ATIVAMENTE NAS ELEIÇÕES

Ao concluir este estudo sobre a política fica claro que ela não se reduz ao processo eleitoral, mas este é um momento muito importante para a tomada de decisões políticas, e nossa omissão seria uma falta grave. Como vimos acima, elas podem definir os rumos do Brasil: se no sentido de maior democracia, ou no sentido de um “sistema que mata”, como fala Francisco. Por isso nos vemos motivados a oferecer ao leitor ou leitora algumas indicações práticas para a participação no processo eleitoral.

-  Importante observar se os candidatos, efetivamente, estão comprometidos com a defesa da vida em todas as suas etapas – da fecundação à morte, durante a vida em todas as fases e riscos, até o declínio natural. Nomes que assumam o compromisso de trabalhar por políticas públicas que assegurem a proteção das mulheres, gestantes, nascituros, e também dos mais empobrecidos, principalmente das periferias geográficas e existenciais, em situação de vulnerabilidade, vítimas de violências, de discriminações, idosos, povos originários, indígenas e comunidades tradicionais.
-  Ao assistir aos debates de candidato/as ao Poder Executivo (presidente e governador/a), prestar atenção nos Planos de Governo apresentados. São propostas viáveis ou planos mirabolantes?
-  É preciso que a escolha de candidato/as ao Poder Legislativo (deputado/as e senador/a), seja coerente com a opção pelo/a candidato/a ao Executivo, visto que no atual modelo político o chefe do Poder Executivo só governa com o apoio parlamentar.
-  Lembrar-se que o voto para o Legislativo (deputado/a) vai primeiro para o Partido e Federação Partidária ao qual o/a candidato/a pertence, e só depois conta para a sua classificação entre os nomes eleitos.

-  Por isso, é importante observar a lista dos candidatos/as do Partido (ou Federação Partidária), para que o voto ajude a eleger uma pessoa com os mesmos princípios da pessoa preferida, caso esta não tenha votação suficiente para conquistar a vaga.
-  Se a pessoa está se apresentando à reeleição, checar como se comportou em votações em que a CNBB se posicionou claramente. Não se deve votar, por exemplo, em quem apoiou a Emenda Constitucional nº 95/2016 (que estabelece o teto de gastos por 20 anos para políticas públicas), nem em quem votou a favor da reforma trabalhista, da redução da maioria penal, da reforma da Previdência Social ou contra os povos indígenas, ou favorável à legalização da grilagem ou ao “pacote do veneno” (autorização para uso de agrotóxicos proibidos em outros países do mundo), por exemplo.
-  Questionar quem se apresenta como pessoa religiosa, mas que não coloca seu mandato a serviço dos setores sociais mais esquecidos pelas políticas sociais. Vale lembrar que o Estado é laico, ou seja, ele não pode assumir uma religião, nem uma mistura de religiões, tampouco usá-las para fins políticos, mas deve-se respeitar as religiões e igrejas de pertença das pessoas.

Além da escolha no momento do voto, tem grande valor apoiar alguma candidatura de pessoa em quem se pode confiar. Alguns critérios podem ajudar a discernir no momento de se definir o apoio a uma candidatura:

-  Alinhamento das propostas da candidatura com o Ensino Social da Igreja atualizado pelo Papa Francisco, apresentado nas Encíclicas comentadas;
-  Coerência com as posições da CNBB ao tomar posição pública em defesa dos direitos sociais, humanos, ecológicos, econômicos e culturais;
-  Ter uma prática de compromisso com as lutas populares e dos setores marginalizados, pois não adianta “ser católico ou cristão” quem não defende os Direitos Humanos e a Mãe Terra;

- ✔ Disposição para realizar um mandato popular, participativo, no modelo de mandatos coletivos que emergem de novas práticas na política partidária;
- ✔ Valorizar candidaturas que representem setores e identidades que estão subrepresentadas nos parlamentos (assembleias estaduais, distrital, câmara e senado federal), por exemplo: indígenas, afro-descendentes (negros e negras, quilombolas), mulheres, minorias discriminadas, trabalhadores e trabalhadoras, desde que sejam pessoas atuantes em suas lutas emancipatórias em sintonia com um projeto de sociedade de Justiça, Paz e Integridade da Criação.

É importante que haja efetiva participação antes das Eleições Gerais de 2022, com a utilização, por exemplo, deste Caderno de Formação Política, visando a conscientização do eleitorado para o voto consciente e combate à corrupção eleitoral. Depois, durante o período eleitoral, contribuindo no apoio a candidaturas dignas e populares, e denunciando a compra de voto, o uso da máquina e as violências (e intimidações) que possam surgir. E após a divulgação do resultado das eleições, é necessário criar e participar de Grupos de Acompanhamento Legislativo (GAL) e também de acompanhamento dos demais poderes públicos, Executivo e Judiciário, além de Conselhos de Políticas Públicas e de Audiências Públicas para exercer o controle social sobre os poderes constituídos.

São muitas as possibilidades e as atividades que podemos fazer: programas de rádio para despertar a consciência crítica, enfrentar a criminalização da política e resgatar sua dignidade; promover reuniões nas casas e rodas de conversa para debater candidaturas que atendam aos critérios acima apresentados; mobilizar grupos de pastoral, comunidade, associação de moradores ou movimento popular para pesquisar a trajetória política das pessoas que estão se candidatando e apoiar as candidaturas que melhor atendam aos interesses do bem comum, especialmente dos setores sociais desfavorecidos.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO FINAL

Tendo refletido sobre diferentes dimensões da política como amor social, seguindo o ensinamento de Francisco, aprendemos que a participação no processo eleitoral é importante. Não só devemos votar, mas também ajudar pessoas ao nosso redor a se esclarecerem sobre o que está em jogo. Com mais razão ainda porque o Brasil está atravessando uma crise política, moral e econômica que abalou gravemente a confiança do povo nas instituições republicanas e no próprio processo eleitoral. Este momento requer, portanto, um grande debate da sociedade para encontrar a melhor saída da crise. É claro que não podemos esperar do bispo de Roma que indique soluções concretas para a realidade de cada país, mas seu ensinamento – aqui resumido – pode e deve inspirar ações práticas em favor da Democracia, da Paz e da Justiça que se concretizem nos resultados dessas eleições de 2022. Vamos caminhar juntos e juntas: ninguém solta a mão de ninguém, porque buscamos o melhor para o Brasil!

Esses cadernos foram produzidos para dar confiança aos cristãos leigos e leigas que se animam a atuar na política como “forma sublime de caridade”, forma melhor de amor social. Mas eles estão longe de esgotar a riqueza do tema e resolver todos os seus problemas. Se você, leitor ou leitora, quer aprofundar-se no assunto, procure uma Escola de Fé e Política entrando em contato com o Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Câmara, ou com a Rede Brasileira de Fé e Política.

REFERÊNCIAS

PAPA FRANCISCO. **Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*** – A Alegria do Evangelho. Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. Documentos Pontifícios 17. Brasília: Edições CNBB, 2013.

PAPA FRANCISCO. **Carta Encíclica *Laudato Si'***. Sobre o Cuidado da Casa Comum. Documentos Pontifícios 22. Brasília: Edições CNBB, 2015.

PAPA FRANCISCO. **Carta Encíclica *Fratelli Tutti***. Sobre a Fraternidade e a Amizade Social. Documentos Pontifícios 44. Brasília: Edições CNBB, 2020a.

PAPA FRANCISCO. **Vamos sonhar juntos**. O caminho para um futuro melhor. São Paulo: Paulus Editora, 2020b.

PAPA PAULO VI. **Carta Apostólica *Octogesima Adveniens*** ao Cardeal Maurício Roy, por ocasião do 80º Aniversário da Encíclica *Rerum Novarum* (1971). São Paulo: Edições Paulinas, 2000.

Idiota é quem não participa da política

POR: Robson Sávio Reis Souza (da REFEF, Nesp e Rede de assessores do CEFEF)

É preciso falar sobre política nesses tempos de individualismo exacerbado, pós-verdade, paralisia decisória frente aos grandes problemas políticos nacionais.

Voltemos à Grécia antiga. Há mais de dois mil anos, os gregos “inventaram” a democracia. Em Atenas, por exemplo, a vida pública interessava a todos os cidadãos e os “politikos” eram aqueles que se dedicavam ao governo da polis (a cidade), colocando o bem comum acima de seus interesses individuais.

Os gregos entendiam que o idiota era a pessoa que não estava integrada na polis; aquele que não se interessava ou não participava dos assuntos públicos (de grande importância naquela época) e só se ocupava de si próprio. Desta concepção vem a raiz da palavra idiota: o termo “idio”, que significa próprio.

Ou seja, o idiota é aquele que só vive a sua vidinha privada, que só pensa no seu umbigo, nos seus interesses; que recusa a política; que diz não à política. Sua expressão generalizada é: “não me meto em política”. Ou, nos termos das últimas campanhas eleitorais no Brasil, “chega de política”.

Ao contrário do idiota, o “político” era o cidadão que se envolvia com os assuntos públicos, ou seja, possuía os atributos para construir para si um estatuto de cidadania (participação na vida pública). Este estatuto exigia de cada “polites” um envolvimento direto na condução coletiva dos assuntos da cidade.

O político era aquele cujos interesses estavam expressos em ações com vistas à coletividade, igualdade, participação e democracia.

Para os antigos gregos, portanto, não havia liberdade fora da política. Ou seja, o idiota – que é um ensimesmado e não se preocupa com o bem comum, colocando-se como o centro do universo –, não é livre porque só é livre aquele que se envolve na vida pública, na vida coletiva.

Esse modo de envolvimento coletivo nos assuntos públicos transformou Atenas numa cidade próspera. Seu porto era cosmopolita, possibilitando o encontro e o embate com outros povos, assim como a discussão de problemas relativos à cidade. Isso possibilitava mais autonomia ao cidadão, que era livre para discutir, decidir, se posicionar. Tratava-se de uma cidadania ativa e participativa, à medida que o cidadão era ativo nos assuntos e nas decisões coletivas, a beneficiar toda a comunidade política.

Voltemos ao Brasil. Nesse momento político no qual o individualismo nos lança na indiferença, na violência contra o outro ou na desresponsabilização em relação ao exercício da cidadania é preciso lembrar dos antigos gregos. O que está acontecendo por aqui tem a ver com nossas ações e omissões enquanto cidadãos; enquanto políticos.

Não podemos nos amesquinhar frente a esse totalitarismo da indiferença (Josep Romaneda). Não podemos nos afastar da noção de bem comum e do princípio da res publica (coisa pública; de responsabilidade de todos).

A criminalização da política, inclusive pela mídia (sempre interessada em afastar os cidadãos da vida pública), está a fabricar cada vez mais idiotas, que são aqueles que se afastam da política e se gabam dessa postura infantil e descomprometida com os rumos da vida pública. São também conhecidos como “midiotas”.

Abundam idiotas. Há poucos políticos.

Para superar a crise política que vivemos; para enfrentar os arroubos golpistas e autoritários dos que querem destruir as instituições democráticas precisamos de mais políticos e menos idiotas, tanto no exercício do poder, quanto nas várias instâncias de mobilização, articulação a ação política da nossa sociedade.

Apoio:

MISEREOR
IHR HILFSWERK



Leia o QR CODE
e acesse o site
do Projeto

